

Universidade Federal do ABC
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

BACHARELADO
EM
POLÍTICAS PÚBLICAS (BPP)

dezembro 2010

Universidade Federal do ABC
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Nome do curso: Bacharelado em Políticas Públicas

Coordenador: Artur Zimerman - artur@ufabc.edu.br

Vice-coordenadora: Vanessa Elias de Oliveira - vanessa.oliveira@ufabc.edu.br

Comissão de laboratório didático:

Maria de Lourdes Pereira Fonseca – loufonseca@yahoo.com

Sandra Irene Momm Schult – sandra.schult@ufabc.edu.br

Comissão de material didático:

Marcos Vinicius Pó – marcos.po@ufabc.edu.br

Luciana Pereira – luciana.pereira@ufabc.edu.br

Gerardo Alberto Silva – gerardo.silva@ufabc.edu.br

Comissão de atividades de extensão:

Anapátricia Moraes Vilha – anapatricia.vilha@ufabc.edu.br

Adriana Capuano de Oliveira – adriana.oliveira@ufabc.edu.br

Mônica Schroder - monica.schroder@ufabc.edu.br

Comissão de laboratórios de pesquisa:

Antônio Sergio Carvalho Rocha – antoniosergio@ufabc.edu.br

Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho - gabiol@uol.com.br

Sergio Amadeu da Silveira - samadeu@gmail.com

Comissão de convênios:

Luciana Pereira – luciana.pereira@ufabc.edu.br

Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior - vitor.marchetti@ufabc.edu.br

Neusa Serra – neusa.serra@ufabc.edu.br

Comissão de estágios:

Andrea Paula dos Santos – andrea.santos@ufabc.edu.br

Neusa Serra – neusa.serra@ufabc.edu.br

OBJETIVO GERAL

O Bacharelado em Políticas Públicas da UFABC tem como objetivo formar profissionais capacitados tecnicamente para analisar, atuar e intervir nas complexas dinâmicas que fazem partes das políticas públicas, incluindo os agentes sociais, econômicos, o Estado e as suas instituições.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A área de políticas públicas demanda, por sua natureza, um amplo conhecimento interdisciplinar para compreender a complexa máquina pública e os processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas, em áreas variadas e em distintos contextos políticos, econômicos e sociais. Dessa forma, o Bacharelado em Políticas Públicas também tem como objetivos específicos fornecer aos alunos:

- Ampla formação interdisciplinar, especialmente em campos do conhecimento como ciência política, sociologia, administração pública, economia, antropologia, história e ciência e tecnologia;
- Desenvolvimento de competências pessoais como liderança, auto-desenvolvimento e trabalho em equipe;
- Compreensão aprofundada das relações e conflitos entre os diversos setores da sociedade, incluindo instituições governamentais, organizações não-governamentais, redes sociais, sociedade civil organizada, empresas, sindicatos, entre outros;
- Conhecimento e capacidade para planejar, implantar, desenvolver, avaliar, criticar e reformular políticas públicas.

PERFIL DO CURSO

Após a conclusão do Bacharelado em Ciências e Humanidades, o aluno pode optar pela continuidade de especialização no Bacharelado em Políticas Públicas.

Com a consolidação dos processos de globalização, as antigas estruturas do Estado-nação precisam buscar respostas à nova ordem mundial e aos novos modelos de relações sociais, sendo necessário criar formas inovadoras de funcionamento da estrutura social, adaptadas à realidade globalizada. Neste contexto, há um redimensionamento dos papéis do Estado e da sociedade civil, abrindo caminhos para a transformação dos processos e estruturas de organização social em todos os níveis. Em diversos países está ocorrendo, ou já ocorreu, uma “reforma do Estado”, com a adoção de diferentes modelos de ação estatal e participação da sociedade civil, variando de acordo com o debate social e o contexto político de cada localidade. Pode-se perceber, na maioria dos casos, uma maior participação da sociedade civil na vida pública e a consolidação de um terceiro setor, atuando no desenvolvimento de novas práticas de intervenção sócio-econômicas.

Frente a esse processo, e somando-se a consolidação do regime democrático, as políticas públicas ganham destaque como ferramentas básicas para a organização social e a articulação entre Estado, sociedade civil e terceiro setor, redesenhando a dicotomia público-privado de acordo com os novos desafios da sociedade contemporânea. Assim, o Bacharelado em Políticas Públicas visa dar uma formação ampla nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento social, econômico e humano, e capacitados para atuar dentro do complexo setor das políticas públicas. O aluno formado no curso será dotado de habilidades multifuncionais, cultura abrangente, conhecimentos ampliados e criatividade, o que lhe permitirá atuar em diversas áreas do setor público, da iniciativa privada e do terceiro setor. Segmentos como empresas, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sindicais, sociais e culturais são apenas algumas possibilidades de trabalho do aluno formado em Políticas Públicas, além do extenso serviço público brasileiro, municipal, estadual ou federal, entrando por meio de concurso público.

A UFABC localiza-se em região de elevada importância sócio-econômica para o país, considerando o contexto histórico contemporâneo e a atuação de diversos setores sociais, econômicos e políticos, tornando o bacharelado proposto de grande relevância não apenas local, mas também ao nível estadual e federal.

PERFIL DO EGRESSO

O Bacharel em Ciências e Humanidades formado na UFABC destaca-se por sua orientação interdisciplinar, sua competência em auto-gestão e seu caráter crítico. Esse tipo de profissional está habilitado para exercer funções na administração pública e privada e em organizações que tenham como tarefa coordenar esforços para a consecução de metas econômicas, políticas ou sociais. Sua formação permite que atue em ambientes corporativos, estando particularmente treinado para o exercício do trabalho em equipes e redes. Os caracteres da formação do Bacharel em Políticas Públicas fazem dele um indivíduo preparado para a continuação dos estudos em níveis e estágios mais avançados.

Existem problemas legítimos que podem ser tratados através de instrumentos investigativos de que dispõe o ser humano e que concernem especificamente à sua forma de compreender o mundo e de pensar sobre as formas de transformá-lo. Nem todos os problemas que podem obter respostas investigativas referem-se a formas de intervir na realidade. E as próprias formas de atuação sobre o real podem ser pensadas sem o intuito precípua de transformá-lo. O Bacharel em Políticas Públicas é o profissional que se forma no trato com os problemas que se referem ao espírito humano de uma forma geral, com especial referência àqueles que são passíveis de respostas meramente interpretativas. Espera-se que a formação adquirida através das experiências pedagógicas reunidas na grade curricular do Curso de Bacharelado em Políticas Públicas permita o desenvolvimento de um profissional interdisciplinar, capaz de iniciativa própria na gestão de sua atividade investigativa e preocupada com a problematização das eventuais soluções que possam ser apresentadas para diferentes questões enfrentadas pela realidade social. Trata-se, portanto, de um profissional que busca soluções para os problemas, sem limitar-se pelas barreiras impostas ao saber, que é capaz de gerir os caminhos que levam ao conhecimento e que foi treinado na exploração dos limites das infinitas possibilidades de solução para os problemas apresentados pelo cotidiano da vida em sociedade.

O profissional formado estará habilitado para compreender a complexa máquina que compõe o Estado e as demais instituições que com ele atuam, bem como para atuar em processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas, em áreas variadas e em distintos contextos políticos, econômicos e sociais, através de mecanismos inovadores e que visem a produção dos melhores resultados em termos sociais. Por meio de uma formação interdisciplinar, o aluno irá desenvolver sua compreensão da importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas. Terá formação teórica suficiente e amplo conhecimento técnico-científico para atuar em órgãos públicos, empresas estatais, agências reguladoras, organizações não-governamentais e em empresas onde o conhecimento sobre o funcionamento do Estado e suas instituições é parte do trabalho.

As Habilidades e competências do bacharel em Políticas Públicas são divididas em gerais e específicas.

Dentre as habilidades gerais, estão:

- Planejar, implantar, desenvolver, avaliar, criticar e reformular Políticas Públicas;
- Desenvolver competências pessoais como liderança, auto-desenvolvimento e trabalho em equipe;
- Entender e utilizar as novas tecnologias emergentes;

- Aplicar técnicas de gerenciamento de processos dentro de ambientes complexos;
- Permitir a independência e articulação entre os diversos setores de uma organização pública, em termos de organizações governamentais, não-governamentais e outros grupos em rede da sociedade civil organizada, como movimentos sindicais, sociais e culturais.

Já dentre as específicas, estão:

- Promover a difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- Gerenciar conflitos, reconhecê-los, mapeá-los, problematizá-los;
- Propor e desenvolver projetos coletivos.

O diferencial do bacharel em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) em relação a cursos correlatos em outras instituições é a interdisciplinaridade da sólida formação científico-tecnológica, e sua atenção a como as políticas públicas se relacionam às áreas científicas e tecnológicas, voltadas para o desenvolvimento econômico e social, bem como a maneira as quais são demandadas, formuladas, representadas, apropriadas por diversos setores da sociedade civil organizada. O aluno desenvolverá qualidades humanísticas, democráticas, participativas, propositivas e críticas quando em contato com a ciência, tecnologias e políticas públicas, indo ao encontro do projeto pedagógico da Universidade.

O curso está estruturado em diversos campos do conhecimento científico: administração pública, ciência política, filosofia, sociologia, antropologia, ciências econômicas, ciência da informação, ecologia, história, geografia, gestão do território, meio-ambiente, governo, saúde, educação e cultura, política regional e local, ciência e tecnologia e desenvolvimento econômico e social. A combinação destes conhecimentos produz o referencial teórico e técnico para a formação do futuro bacharel em Políticas Públicas.

Com uma formação polivalente e cientificamente consolidada, o profissional formado nesse bacharelado específico está capacitado para propor, criar, desenvolver, aplicar e avaliar ações de políticas públicas, dentro de uma perspectiva sistêmica, reconhecendo a complexidade das relações sociais existentes e a diversidade dos sujeitos e grupos sociais envolvidos.

O aluno egresso deverá contribuir para o desenvolvimento humano, promoção da cidadania, reconhecimento da diversidade cultural, enfrentamento das desigualdades sociais, melhoria da qualidade de vida e demais ações que visem o avanço da sociedade em suas múltiplas dimensões. Promover trabalhos em equipe, gerenciar conflitos e buscar soluções negociadas numa perspectiva de construção ética de uma sociedade democrática e socialmente justa.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ CURRICULAR

Currículo de BACHARELADO EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES – BCH (cor rosa) + BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS - BPP (4 anos, cor azul):

1º ANO (52)	1º BCH (17)	Temas e Problemas em Filosofia (4-0-4)	Estado e Relações de Poder (4-0-4)	Bases Computacionais da Ciência (0-2-2)	Bases Matemáticas (4-0-5)	Dinâmica e Estrutura Social (3-0-4)	
	2º BCH (18)	Pensamento Crítico (4-0-4)	Problemas Metodológicos das Ciências Sociais (4-0-4)	Ciência, Tecnologia e Sociedade (3-0-4)	Nascimento e Desenvolvimento da Ciênc. Mod. (4-0-4)	Origem da Vida e Diversidade Seres Vivos (3-0-4)	
	3º BCH (17)	Conhecimento e Ética (4-0-4)	Território e Sociedade (4-0-4)	Estrutura da Matéria (3-0-4)	Introdução à Prob. e Estat. (3-0-4)	Bases Epistemol. da Ciênc. Moderna (3-0-4)	
2º ANO (58)	4º BCH (18)	Desenvolvim. e Sustentabilidade (4-0-4)	Pensamento Econômico (4-0-4)	Teorias da Justiça (4-0-4)	Identidade e Cultura (4-0-4)	Energia: origem, conversão e uso (2-0-4)	
	5º BPP (20)	Introdução às Políticas Públicas (4-0-4)	Cidadania, Direitos e Desigualdades (4-0-4)	Formação histórica do Brasil (4-0-4)	Introdução a economia (4-0-4)	Políticas sociais (4-0-4)	
	6º BPP (20)	Regimes e Formas de Governo (2-2-4)	Relações internacionais e globalização (4-0-4)	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas (4-0-4)	Introdução à Inferência Estatística (3-1-4)	Disciplina Livre	
3º ANO (62)	7º BPP (20)	Governo, Burocracia e Administração Pública (4-0-4)	Estado e desenvolvimento econômico no Brasil contemporâneo (4-0-4)	Indicadores de Políticas Públicas (2-2-4)	Conflitos Sociais (4-0-4)	Disciplina Livre	
	8º BPP (20)	Estado e Sociedade Civil Organizada (4-0-4)	Introdução ao Direito Constitucional (4-0-4)	Federalismo e Políticas Públicas (4-0-4)	Meio Ambiente e Políticas Públicas (4-0-4)	Disciplina Livre	
	9º BPP (22)	Introdução ao Direito Administrativo (4-0-4)	Finanças Públicas (4-0-4)	Disciplina de opção limitada	Disciplina Livre	Disciplina Livre	Projeto dirigido do BCH (0-2-10)
4º ANO (58)	10º BPP (20)	Trajetórias das Políticas de CT&I no Brasil (4-0-4)	Políticas Públicas Sul-Americanas (4-0-4)	Disciplina de opção limitada	Disciplina Livre	Disciplina Livre	
	11º BPP (18)	Inovação nos Serviços Públicos (4-0-4)	Administração municipal e desenvolvimento local (4-0-4)	Disciplina de opção limitada	Disciplina Livre	TCC de Políticas Públicas I (0-2-6)	
	12º BPP (18)	Admin. Públ. e reforma do Estado em Perspectiva Comp. (4-0-4)	Temas Contemporâneos (2-2-4)	Disciplina de opção limitada	Disciplina Livre	TCC de Políticas Públicas I (0-2-6)	

NÚCLEOS DE CONHECIMENTO - DISCIPLINAS DE OPÇÃO LIMITADA

Economia e Política da CT&I (Economia e PP)	Economia e Gestão do Território (Economia e PP)	Administração Pública	Políticas Setoriais
Pensamento Latino-Americano e Políticas de CT&I (4-0-4)	Desigualdades Regionais e Formação Sócio-Espacial do Brasil (4-0-4)	Introdução à análise custo-benefício de políticas públicas (2-2-4)	Políticas públicas de gênero, etnia e geração (4-0-4)
Conhecimento na Economia: Abordagens e Interfaces com as Atividades de CT&I (4-0-4)	Economia Regional e Sociedade (4-0-4)	Instituições Judiciais e Políticas Públicas (4-0-4)	Políticas Culturais (4-0-4)
Modelos e Práticas Colaborativas em CT&I (4-0-4)	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil (4-0-4)	Orçamento e Política Orçamentária (4-0-4)	Políticas Urbanas (4-0-4)
Mudança Tecnológica e Dinâmica Capitalista na Economia Contemporânea (4-0-4)	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais (4-0-4)	Regulação e Política Regulatória no contexto brasileiro (4-0-4)	Políticas de Infra-Estrutura (4-0-4)

CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES (BCH) E CURSO DE BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS (BPP).

- Conteúdos curriculares de natureza científico-cultural do CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES (BCH) E CURSO DE BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS (BPP):

Disciplinas obrigatórias comuns do BCT e do BCH:	360h	30 créditos
Disciplinas obrigatórias de conteúdos específicos do BCH:	480h	40 créditos
Atividades complementares	120h	0 crédito
Projeto Dirigido de Pesquisa	24h	2 créditos
Total de disciplinas obrigatórias do BCH	984h	72 créditos
Disciplinas obrigatórias BPP.....	1200h.....	100 créditos
Disciplinas de opção limitada BPP.....	192h.....	16 créditos
Disciplinas livres BPP.....	432h.....	36 créditos
TCC de Políticas Públicas I e II.....	48h.....	4 créditos
Total para o BPP	2856h.....	228 créditos

DISCIPLINAS

Disciplinas obrigatórias do BPP: Todos os alunos que optarem pelo Bacharelado em Políticas Públicas devem cursar os 100 créditos das disciplinas indicadas na grade curricular. Duas delas são ministradas em conjunto com o curso de Ciências Econômicas.

Disciplinas de opção limitada: Os alunos regulares devem eleger uma área das 4 oferecidas no contexto dos Núcleos de Conhecimento, ou mesclar disciplinas desses núcleos, 1 por quadrimestre, do 9º ao 12º quadrimestre, preferencialmente. No total, o aluno deve cursar 4 disciplinas de opção limitada que são oferecidas nos Núcleos de Conhecimento. Dois desses núcleos são ministrados em conjunto com o curso de Ciências Econômicas.

Disciplinas livres: O aluno deve completar, no mínimo, 36 créditos de disciplinas livres. Tais disciplinas podem ser tomadas do próprio BPP ou da lista de disciplinas que pertencem a outros cursos da UFABC, que consta ao final deste catálogo. Aparte das disciplinas mencionadas, quaisquer outras disciplinas livres, tanto de dentro da UFABC como de outra instituição de ensino superior, deverá ser validada pela coordenação do BPP para valer como créditos do programa.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E INTERCÂMBIO COM OUTRAS IES

O BPP incentiva os alunos a participarem de eventos acadêmicos da área de políticas públicas, como congressos, seminários, encontros e similares, o que contará como parte das atividades complementares ao curso. Os professores informarão os estudantes de tais eventos e espera-se que participem como forma de enriquecerem-se no contato com a área.

O curso incentiva os alunos a fazerem disciplinas em instituições de ponta, além dos realizados na UFABC. O BPP, por meio de acordos e convênios firmados com a UFABC, conduzirá os alunos, sempre que possível, a experimentarem uma vivência em ambientes profícuos à aquisição de conhecimento na área de sua atuação.

FORMA DE ACESSO AO CURSO

Os alunos ingressam no curso de Bacharelado em Ciência e Humanidades por meio de um processo seletivo definido pela UFABC.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do rendimento do aluno será feita em cada disciplina em função de seu aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes de aulas teóricas, seminários, aulas práticas, pesquisas, trabalhos de campo, estágio não-obrigatório, leituras programadas e trabalhos especiais (de acordo com a natureza das disciplinas).

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O aluno deverá apresentar ao final do curso um Trabalho de Conclusão. Este trabalho será discutido/realizado nas disciplinas TCC de Políticas Públicas I e II, a serem cursadas nos dois últimos quadrimestres do curso, preferencialmente, e seguem o formato de seminários de pesquisa, sob a supervisão de um professor responsável, credenciado ao BPP, que deverá discutir o andamento dos trabalhos.

O trabalho de conclusão de curso a ser apresentado deverá ser resultado de um desdobramento do trabalho de iniciação científica ou do PDPD realizado pelo aluno ou uma monografia. Em ambos os casos, tal trabalho deve estar voltado para a área de políticas públicas.

O TCC deverá ser orientado por professor da UFABC e defendido perante uma banca, presencial ou não, conforme determinação do orientador, composta pelo orientador e mais dois professores adicionais.

Na realidade, o Trabalho de conclusão de curso de Políticas Públicas pode ser visto como disciplina prática de 0-4-12. Esta disciplina foi dividida em duas para que o aluno tenha um período maior para refletir e preparar tal trabalho.

ESTÁGIO

Além do Bacharelado em Políticas Públicas ser formado por disciplinas teóricas e trabalhos individuais de pesquisa, a prática da profissão pode ser importante ao aluno que queira ter conhecimento do mercado de trabalho. No entanto, o estágio do Bacharelado de Políticas Públicas não é obrigatório. Os que optarem por realizar o estágio não obrigatório, podem validar os horários trabalhados como atividades complementares, respeitando as regras da universidade sobre esse item.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares correspondem a 120h (0 crédito) e deverão seguir as normas da UFABC. Dentre tais atividades, constam a participação em eventos científicos da área de políticas públicas, estágio não obrigatório, atividades de extensão correlatas, etc.

CORPO DOCENTE CADASTRADO

O Bacharelado em Políticas Públicas, por sua natureza, é interdisciplinar. Os professores que participam de sua grade, não são exclusivos do curso, dividindo suas tarefas com áreas diversas e cursos variados. Todos estão vinculados a, pelo menos, um dos Bacharelados Interdisciplinares, e até mais dois cursos específicos, além do BPP. Nessa linha, o curso consegue agregar docentes dos mais diversos campos e coincide com o Projeto Pedagógico da UFABC no que tange a interdisciplinaridade. A lista de docentes cadastrados no Bacharelado em Políticas Públicas é a seguinte:

Adriana Capuano de Oliveira – adriana.oliveira@ufabc.edu.br
Ana Keila Pinezi – ana.pinezi@ufabc.edu.br
Ana Maria Dietrich - ana_diet@hotmail.com
Anapátricia Morales Vilha – anapatricia.vilha@ufabc.edu.br
Andrea Paula dos Santos – andrea.santos@ufabc.edu.br
Antônio Sergio Carvalho Rocha – antoniosergio.rocha@ufabc.edu.br
Arilson da Silva Favareto – arilson.favareto@ufabc.edu.br
Artur Zimmerman - artur@ufabc.edu.br
Claudio Luís Camargo Penteado - claudio.penteado@ufabc.edu.br
Dacio Roberto Matheus – dacio.matheus@ufabc.edu.br
Darlene Ramos Dias - darlene.dias@ufabc.edu.br;
Francisco de Assis Comarú - francisco.comaru@ufabc.edu.br
Gerardo Alberto Silva - gerarj@uol.com.br
Giorgio Romano Schutte - giorgio.romano@ufabc.edu.br
Jeroen Johannes Klink - jeroen.klink@ufabc.edu.br
José Henrique Souza – josehenrique.souza@ufabc.edu.br
Julio Francisco Blumetti Facó – julio.faco@ufabc.edu.br
Luciana Pereira – luciana.pereira@ufabc.edu.br
Marcos Paulo Fuck – marcos.fuck@ufabc.edu.br
Marcos Vinicius Pó – marcos.po@ufabc.edu.br
Maria de Lourdes Pereira Fonseca – loufonseca@yahoo.com
Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho - gabiol@uol.com.br
Mônica Schroder - monica.schroder@ufabc.edu.br
Neusa Serra – neusa.serra@ufabc.edu.br
Ricardo de Souza Moretti - ricardo.moretti@ufabc.edu.br
Rosana Denaldi - rosana.denaldi@ufabc.edu.br
Sandra Irene Momm Schult - simschult@gmail.com
Sergio Amadeu da Silveira - samadeu@gmail.com
Sidney Jard da Silva - sidney.jard@ufabc.edu.br
Silvana Zioni – silvana.zioni@ufabc.edu.br
Silvia Helena Passarelli - silvia.h.passarelli@terra.com.br
Vanessa Elias de Oliveira - vanessa.oliveira@ufabc.edu.br
Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior - vitor.marchetti@ufabc.edu.br

Universidade Federal do ABC
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO BPP

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....100 créditos/1200 h

CS2101 INTRODUÇÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS
CS2102 CIDADANIA, DIREITOS E DESIGUALDADES
CS2103 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL
CS2201 INTRODUÇÃO A ECONOMIA
CS2104 POLÍTICAS SOCIAIS
CS2105 REGIMES E FORMAS DE GOVERNO
CS2106 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E GLOBALIZAÇÃO
CS2107 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BC1415 INTRODUÇÃO A INFERÊNCIA ESTATÍSTICA
CS2108 GOVERNO, BUROCRACIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CS2109 ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO
CS2110 INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CS2111 CONFLITOS SOCIAIS
CS2112 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
CS2113 INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL
CS2114 FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS
CS2115 MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS
CS2116 INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO
CS2117 FINANÇAS PÚBLICAS
CS2118 TRAJETÓRIAS DAS POLÍTICAS DE C, T & I NO BRASIL
CS2119 POLÍTICAS PÚBLICAS SUL-AMERICANAS
CS2120 INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS
CS2121 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
CS2122 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO EM
PERSPECTIVA COMPARADA
CS2123 TEMAS CONTEMPORÂNEOS
CS1101 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS I
CS1102 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS II

CS2101 INTRODUÇÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS (4-0-4)

Objetivo: capacitar os alunos a entender os principais elementos do processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, trazendo para a análise as vertentes políticas, econômicas e sociais envolvidas nessa dinâmica.

Programa: O que é política pública; Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; Teorias das políticas públicas; Incrementalismo x Reformas; Atores e interesses políticos, sociais e econômicos envolvidos nas políticas públicas; O papel da burocracia e da administração.

Bibliografia básica

KINGDON, John W. (1995). *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers

MONTEIRO, Jorge Viana. (2007). Os níveis de análise de políticas públicas. In Saravia, Enrique; Ferrarezi, Elisabete. (2007). *Políticas Públicas – Coletânea Volume 1*. ENAP. Brasília

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). *Políticas Públicas – Coletânea Volume 1*. Brasília: ENAP.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). *Políticas Públicas – Coletânea Volume 2*. Brasília: ENAP.

SOUZA, Celina. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45

Bibliografia complementar

COHEN, Michael; MARCH, James; OLSEN, Johan. (1972). "A Garbage Can Model of Organizational Choice." *Administrative Science Quarterly* 17 (March): 1-25.

DROR, Yehezkel. (1964). Muddling Through-"Science" or Inertia?. *Public Administration Review*, 24 (3), Sep., pp. 153-157.

LINDBLOM, Charles E. (1979). Still Muddling, Not Yet Through. *Public Administration Review*, 39 (6), Nov-Dec, pp. 517-526.

LINDBLOM, Charles E. (1959). The Science of Muddling Through. *Public Administration Review* 19(2), Spring, pp 79-88

LOWI, Theodore J. (1972). Four Systems of Policy, Politics, and Choice. *Public Administration Review*, Vol. 32, No. 4, Jul-Aug, pp. 298-310.

CS2102 CIDADANIA, DIREITOS E DESIGUALDADES (4-0-4)

Objetivo: Esta disciplina visa oferecer aos alunos a compreensão sobre o fenômeno da emergência dos direitos, na clássica tipologia de Marshall, o surgimento das políticas sociais e dos sistemas de *welfare-state*, no Brasil e no mundo.

Ademais, trata das questões da cidadania e das desigualdades no Brasil, dando um enfoque especial para a temática das relações étnico-raciais e do seu impacto sobre a cidadania no Brasil.

Programa: Parte I: Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social.

A tipologia de Marshall: direitos civis, políticos e sociais; teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais; surgimento e crise dos sistemas de bem-estar social.

Parte II: Cidadania e Desigualdades no Brasil.

O desenvolvimento da cidadania no Brasil; a questão das desigualdades no Brasil: desigualdade racial, educacional e de renda; políticas de combate à pobreza e à desigualdade.

Bibliografia básica

ARRETCHE, M. “Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas”. BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, Nº 39
BARROS, R.P. *et.al.* “Pobreza e Desigualdade no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.15, n.42, 2000.

CARVALHO, J.M. *Cidadania no Brasil*. São Paulo, Civilização Brasileira. 2001.

DURHAM, E. “Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades”. Novos Estudos CEBRAP, n.66, 2003.

ESPING-ANDERSEN, G. "As três economias políticas do welfare state". Lua Nova, n. 24, CEDEC, setembro de 1991.

ESPING-ANDERSEN, G. “O futuro do *Welfare State* na nova ordem mundial”. Lua Nova, n.35, 1995.

FARIA, C.A, “Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar social”.

BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 39, 1998

GUIMARÃES, A.S. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HENRIQUES, R. “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”. Texto para Discussão n.807, Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967

MEDEIROS, M. “Transferência de renda no Brasil”. Novos Estudos CEBRAP, v.79, 2007.

SANTOS, W.G. *Cidadania e Justiça*. Rio, Campus, 1979

Bibliografia Complementar

BARROS, R. P., CARVALHO, M. “Desafios para a Política Social Brasileira”. Rio de Janeiro. Outubro 2003, Texto para discussão n. 985. IPEA. 2003.

BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo, EDUSP. 1996

DE SWAAN, A. *In care of the state*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

DRAIBE, S. “As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84”. In: SOARES, G. e D’ARAÚJO, M.C. *21 Anos de Regime Militar. Balanços e Perspectivas*. Rio de

- Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1994.
- DRAIBE, S. "A política social no período FHC e o sistema de proteção social". *Tempo Social*. USP. nov 2003, pp. 63-101. 2003.
- DRAIBE, S. e HENRIQUE, W. - "Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fevereiro 1998.
- HUBER, E. & STEPHENS, J. *Development and crisis of the welfare state: parties and policies in global markets*, Chicago: Chicago University Press, 2001.
- MARSHALL, T. H. *Política Social*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965
- MEDEIROS, M. "A Trajetória do *Welfare State* no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990", *Texto para Discussão* n. 852, IPEA, Brasília, dez. 2001.
- PIERSON, P. *The New Politics of the Welfare State*. *World Politics*, 48(2):143-79. 1996.
- PIERSON, P. *Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher, and the Politics of Retrenchment*. Cambridge University Press, 1994.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e Social-Democracia*, Paz e Terra, 1986. Capítulo: "A Social-Democracia como um Fenômeno Histórico", pp.16-66.
- ROSANVALLON, P. *A crise do Estado Providencia*. Lisboa, Editorial Inquérito, 1984.
- TAYLOR-GOOBY, P. "Welfare, hierarquia e a nova direita na era Tatcher". *Lua Nova*. n. 24, setembro de 1991.
- WERNECK VIANNA, M.L.. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. Estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revam: UCAM, IUPERJ. 1998.

CS2103 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL (4-0-4)

Objetivo: A formação histórica do Brasil a partir das concepções de grandes ideólogos do Estado Nacional (Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sergio Buarque de Holanda), problematizando e contextualizando seus pensamentos a partir da análise historiográfica e cenário histórico. Análise dos múltiplos *Brasis* em sua formação étnica plural. Vida privada, hábitos e religiosidade no Brasil Colônia, Império e República.

Programa: Identidade étnica plural brasileira. Características e *modus vivendis* do Brasil Colônia: miscigenação, estigmas e hierarquias sociais. Casa Grande & Senzala: A visão de Freyre da sociedade brasileira. O imperador “esclarecido”: D. Pedro II, as artes e ciências no Brasil. Raízes do Brasil: Sergio Buarque e a herança colonial. Caio Prado Jr. e sua análise da república burguesa (1889-1930): transição, industrialização e imperialismo. Getúlio Vargas, Revolução de 1930 e golpe de 1937. A redemocratização do pós-guerra. Radiografias da Ditadura Militar.

Bibliografia básica

- FREIRE, G. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
_____. Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961
HOLANDA, S.B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
PRADO, Caio Prado. A formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1971.
_____. Evolução política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Bibliografia complementar

- AQUINO, M. Aparecida. Jornalistas / Militantes na mira do DEOPS-SP. In Dossiê DEOPS/SP. Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. São Paulo: IMESP, 2001.
ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Totalitarismo e Revolução. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988
BENEVIDES, Maria Victoria de M. A UDN e o udenismo. Ambiguidade do liberalismo brasileiro (1945/1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
BOMFIM, Manoel. O Brasil Nação. Realidade de Soberania Brasileira. 2ª. d. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996
CARONE, Edgar. Movimento Operário no Brasil (1877-1944). 2ª d. Rio de Janeiro: Difel, 1984.
_____. A República Velha. Instituições e classes sociais. 4ª d. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
_____. Estado Novo. São Paulo: DIFEL, 1976.
CASTRO, Celso. Os Militares e a República: um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995.
DIETRICH, Ana Maria. A retórica dos algozes. In: DIETRICH, A. M., Caça às Suásticas. O partido nazista em São Paulo sob a mira da polícia política. São Paulo: IMESP, 2007.
GARCIA, N. John. Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. São Paulo, Loyolla, 1982.
LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1987.

- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigentes no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MORSE, R. *O espelho de próspero*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- OCTAVIO, Ianni. *O colapso do Populismo no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PRADO, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Ibrasa, 1981.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.
- SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da Vida Privada no Brasil (I, II e III)*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- SCHWARZ, R. *Que horas são?* São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- TORRES, A. *O problema nacional brasileiro*. Brasília: UnB, 1982.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na Política Brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

CS2201 INTRODUÇÃO À ECONOMIA (4-0-4)

Programa: Princípios Econômicos. A divisão macroeconomia e microeconomia e o modo de pensar de um economista. As forças de mercado: oferta, demanda e equilíbrio. Elasticidades de preços e de renda e suas aplicações. Efeitos de políticas públicas sobre preços e quantidades de equilíbrio (controle de preços e tributação). Consumidores, produtores e a eficiência dos mercados. Os custos da tributação. Introdução à economia do setor público: externalidades, bens públicos e recursos comuns. Introdução à teoria das vantagens comparativas do comércio internacional. O sistema monetário: bancos comerciais, banco central e a oferta de moeda. Crescimento monetário e inflação. Demanda agregada e a influência das políticas fiscal e monetária sobre o gasto planejado em bens e serviços. O *trade-off* de curto prazo entre inflação e desemprego. Debates abertos em política macroeconômica.

Bibliografia básica

BENEVIDES, D.; VASCONCELLOS, M. A. S. (orgs.). Manual de Economia. Equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2008.

MANKIW, G. Introdução a economia: Princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

TROSTER, Roberto; MOCHÓN, Francisco. Introdução a economia. São Paulo: Makron, 2004.

VARIAN, H. R. , Microeconomia – Princípios Básicos. Tradução da 6ª ed. original de Maria José Cyhlar Monteiro, Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Bibliografia complementar

ABEL, A.B.; BERNANKE, B.S.; CROUSHORE. D. Macroeconomics. Prentice-Hall. 6th edition, 2007.

BAUMOL, W.; BLINDER, A. Economics: Principles and Policies. South-Western College Pub; 11 th. Edition, 2008.

BLANCHARD, O.. Macroeconomia. 3ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BENEVIDES, D.; VASCONCELLOS, M. A. S. (orgs.). Manual de Economia. Equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2008.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L., Microeconomia, Tradução Eleutério Prado, 5ª ed, São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CS2104 POLÍTICAS SOCIAIS (4-0-4)

Objetivo: A disciplina objetiva oferecer aos alunos uma análise dos processos de formação e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, perpassando as principais áreas de atuação do Estado nas políticas sociais.

Programa: Surgimento e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Política de previdência. Política de saúde. Política de educação. Política de assistência social. Política de segurança pública.

Bibliografia básica

- ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização. Rio de Janeiro, Revan.
- BARROS, R. P. de, CARVALHO, M. “Desafios para a Política Social Brasileira”. Rio de Janeiro. Outubro 2003, Texto para discussão n 985. IPEA. 2003.
- CARVALHO, José Murilo (2001). A Cidadania no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira.
- DRAIBE, Sonia. “A política social no período FHC e o sistema de proteção social”. Tempo Social. USP. nov 2003, pp. 63-101. 2003.
- HENRIQUES, R. (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- SANTOS, W. G. (1979). Cidadania e Justiça. Ed. Campus. Rio de Janeiro.

Bibliografia Complementar

- ARRETCHE, Marta (2005). A Política da Política de Saúde no Brasil, in: LIMA, n. t.; Gerschman, S.; Edler, F. C.; Suárez, J.M.. Saúde e Democracia. História e Perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- ARRETCHE, Marta T. S (1990). "Intervenção do Estado e Setor Privado: o Modelo Brasileiro de Política Habitacional", in: Espaço & Debates, ano X, no. 31: 21-36.
- BARBOSA, A.J.P. Segurança pública no Brasil: Temas em debate no Congresso nacional e na sociedade. IN: SLAKMON, C; MACHADO, M; BOTTINI, P (orgs.). Novas direções na governança da justiça e da segurança pública. Brasília: Ministério da Justiça, 2006;
- DRAIBE, S. (1989). "As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84". In: Soares, Gláucio ^a D. e D'Araújo, Celina (1994). 21 Anos de Regime Militar. Rio de Janeiro: FGV.
- FARIA, C.A, Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar social. BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 39, 1998
- LAVINAS, Lena (1999). “Renda Mínima: práticas e viabilidade”. Novos Estudos CEBRAP, no. 53, março, 1999: 65-84.
- MELO, Marcus André (2004). “Escolha Institucional e a Difusão de Paradigmas de Política: o Brasil e a Segunda Onda de Reformas Previdenciárias”, in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, (47) 1: 169-206.
- WERNECK VIANA, M. (1997). “Benefícios privados, vícios públicos: dilemas atuais da seguridade social no Brasil.” In: Diniz, E. e Azevedo, S. (org.) Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Ed. UNB/Enap.
- WERNECK VIANA, M. A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ/REVAN, 1998.

CS2105 REGIMES E FORMAS DE GOVERNO (2-2-4)

Objetivo: Pretende-se analisar os fundamentos da organização do Estado contemporâneo, enfocando a questão da cidadania, os diferentes modelos da democracia em contraposição com os regimes autoritários, fascistas e totalitários. Refletir sobre diferentes correntes interpretativas e teorias sobre os diversos regimes e formas de governo.

Programa: A democracia dos antigos e dos modernos. A democracia ideal: Poliarquia. Modelos de democracia e instituições políticas e variações institucionais assumidas pelo regime democrático. Fascismo enquanto fenômeno mundial de grande expressão nas sociedades européias do século XX: nacional-socialismo alemão e holocausto. Fascismo italiano e sindicalismo. Diferenças entre autoritarismo e totalitarismo. Utilização de laboratório multimídia para análise de imagens e áudio sobre as questões discutidas e análise do acervo fílmico que retratam regimes e formas de governo. Além disso, laboratório didático para análise sobre regimes.

Bibliografia Básica

AARÃO, Daniel, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. *O século XX (vol. 1, 2 e 3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ARENDT, Hannah, *As origens do totalitarismo, anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SARTORI, Giovanni. *A Teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

SARTORI, Giovanni. *Engenharia Constitucional: como mudam as Constituições*. Brasília: Editora da UNB, 1996.

Bibliografia complementar

ARENDT, Hannah, *Eichmann em Jerusalem*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BERTONHA, Fábio. *Sobre a direita. Estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: UEM, 2008.

BOBBIO, Noberto; PASQUINO, Gianfranco & MATTEUCCI, Nicola. *Dicionário de Política*. 2ª edição. Brasília: UnB, 1986.

CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FURET, NOLTE. *Fascismo e comunismo*. Lisboa: Gradiva, 1999.

LEVI, Primo, *Se isto é um homem*, Editora Rocco, Rio de Janeiro 2000.

HELD, David. "Democracia, o Estado-Nação e o sistema global". Lua Nova: revista de cultura e política, março de 1991, n° 23. São Paulo: CEDEC

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo; Cia da Letras, 1995.

LEFORD, C. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LINZ, Juan. “Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença?”. In LAMOUNIER, Bolívar (org.). *A Opção parlamentarista*. São Paulo: Sumaré, 1991.

CS2106 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E GLOBALIZAÇÃO (4-0-4)

Objetivo: (a) Compreender a especificidade histórica do período marcado pelos processos sociais, econômicos e políticos da Globalização; (b) Apresentar as teorias que procuram explicar o fenômeno da Globalização; (c) Analisar o contexto de criação dos sistemas internacionais contemporâneos; (d) Analisar os limites e as possibilidades dos sistemas internacionais contemporâneos em regular alguns dos principais problemas globais; e) Situar o lugar do Brasil diante da reconfiguração da geopolítica mundial.

Programa: Novos e velhos atores. Interdependência. Cooperação versus Competição. Ordem mundial. Desordem mundial. Conflito e segurança na Nova Ordem Mundial. Divisão Norte-Sul. Cidadania e movimentos entre fronteiras. Direitos Humanos. A globalização e a evolução da Democracia. A Nova economia global. Era da informação. Meio-Ambiente. Cultura global?

Bibliografia básica

ARRIGHI, Giovanni- O Longo Século XX, tradução de The Long Twentieth Century, Contraponto e UNESP, São Paulo, 1994.

CLEMENS, Walter C. Dynamics of international relations: Conflict and mutual gain in an era of global interdependence. Oxford, UK: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004.

O'MEARA, Patrick; MEHLINGER, Howard D.; KRAIN, Matthew (editors). Globalization and the challenges of a new century: A reader. US: Indiana University Press, 2000.

Bibliografia complementar

KOFMAN, Eleonore; YOUNGS, Gillian (editors). Globalization: Theory and practice. NY, US: The Continuum International Publishing Group, 2008;

STIGLITZ, Joseph. Globalização: como dar certo. Cia. Das Letras, São Paulo, 2006.

Filme

Inside job – Charles Ferguson, 2010.

CS2107 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (4-0-4)

Objetivo: A disciplina visa fornecer aos alunos ferramental teórico e analítico sobre as práticas de monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e projetos sociais, dentro de uma perspectiva crítica sobre os limites e possibilidades das metodologias. Também tem por objetivo analisar as implicações do monitoramento e avaliação para o desenvolvimento de políticas públicas e o impacto desses processos nos atores políticos e sociais.

Programa: Conceitos: monitoramento, avaliação, formulação, ciclo de políticas públicas, impacto, eficiência-eficácia-efetividade; metodologias de monitoramento e avaliação: visão geral, focos de análise (objetivos, administração, consumidores, especialistas, participantes); marco lógico; indicadores e políticas públicas; análise custo-benefício; análise de impacto; visão geral sobre análise de impacto regulatório; atores e processos; implicações políticas da avaliação

Bibliografia básica

- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- FARIA, Carlos A. P. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 20, nº. 59 outubro. 2005
- MONTEIRO, J. V.. (2007). Os níveis de análise de políticas públicas. In Saravia, E.; Ferrarezi, E.. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1. ENAP. Brasília
- ROCHE, C. Avaliação do impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças. São Paulo: Editora Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2000.
- SILVA, Ricardo Toledo. Eficiência e Eficácia da Ação Governamental: uma análise comparativa de sistemas de avaliação. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Eficienciaeficacia.pdf>
- WORTHEN, R. B.; SANDRES, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de programas: concepções e práticas. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.
- SALGADO, Lucia Helena; BORGES, Eduardo Bizzo de Pinho. Análise de Impacto Regulatório: Uma Abordagem Exploratória. IPEA, Brasília, 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=3180

Bibliografia complementar

- BID. A Política das Políticas Públicas. Campus Editora, 2006.
- HIRSCHMAN, A. A retórica da intransigência. Perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LINDBLOM, C. O Processo de Decisão Política, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- MELO, M. A. "Estado, Governo e Políticas Públicas". In: MICELI, S. (org.). O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política. São Paulo/Brasília: Sumaré/Capes. 1999.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006.

BC1415 INTRODUÇÃO A INFERÊNCIA ESTATÍSTICA (3-1-4)

Objetivo: Esse é um curso introdutório, no qual discutiremos os conceitos básicos sobre Probabilidade e Inferência estatística. As aulas serão teóricas e práticas, essas últimas em laboratório para que os alunos possam aplicar tais métodos à pesquisa, o que inclui a utilização de bancos de dados.

Programa: Intervalos de Confiança; Média; Desvio padrão; Proporção; Mediana. Testes de hipótese. Inferências com base em duas amostras. Correlação e regressão. Experimentos multinomiais e tabelas de contingência: ANOVA. Estatística não paramétrica. Introdução à teoria da confiabilidade. Aplicações.

Bibliografia básica:

FARBER, Betsy; LARSON, Ron, Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009;

DEGROOT, M.H. AND SCHERVISH, M.J. Probability and Statistics, 3rd edition, Addison-Wesley, 2001.

TRIOLA, M.F. Introdução à Estatística. 7ª. Ed. LTC editora. 1997.

Bibliografia complementar:

MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: Probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CS2108 GOVERNO, BUROCRACIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (4-0-4)

Objetivo: o objetivo da disciplina é dar aos alunos noções sobre a constituição histórica das burocracias e da administração pública nas democracias modernas e os seus formatos, incluindo as questões relativas à reforma do Estado. A disciplina também busca debater o papel da burocracia no sistema político e os dilemas que essa forma de poder traz ao regime democrático, sempre trazendo referências internacionais para a análise do caso brasileiro.

Programa: A evolução histórica da burocracia nas democracias modernas; Tensões e interações entre burocracia e política; Burocracia, Estado e sociedade em regimes democráticos; Formas de organização da burocracia e da administração pública moderna; Burocracia e administração pública no contexto brasileiro: perspectivas históricas e formatação atual; Reforma do Estado.

Bibliografia básica

- ABRUCIO, Fernando Luiz. (2007). Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, vol. 41, n° especial, pp. 67-86
- BRESSER PEREIRA, Luiz C.; SPINK, Peter K. Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- WEBER, Max. (1993). *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada: Crítica Política do Funcionalismo e da Natureza dos Partidos*. Tradução de Karin Bakker de Araújo. Editora Vozes. Petrópolis/RJ
- WILSON, Woodrow. (2005) [1887]. O Estudo da administração. In *Revista do Serviço Público* 56 (3): 349-366 Jul/Set

Bibliografia complementar

- BRESSER-PEREIRA, L. C. (1998). Reforma do estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP
- BRESSER-PEREIRA; Luiz Carlos; CUNILL GRAU; Nuria. (coords.). (2006). *Responsabilização na Administração Pública (coletânea)*. São Paulo: CLAD/Fundap,
- LOUREIRO, M R. (2001). O controle da burocracia no presidencialismo, in *Burocracia e reforma do Estado*. Cadernos Adenauer, no. 3, São Paulo
- LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. (1999). Política e burocracia no Presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique CARDOSO. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, no. 41, outubro/1999
- SCHNEIDER, Ben Ross. (1994). *Burocracia pública e política industrial no Brasil*. São Paulo, Sumaré.
- WILSON, James Q. (1989). *Bureaucracy: what government agencies do and why they do it*. Basic Books, EUA

CS2109 ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (4-0-4)

Objetivo: Estado e desenvolvimento econômico no Brasil Contemporâneo é um curso interdisciplinar que reúne temas afins das áreas de Economia e Políticas Públicas. No curso, são apresentadas as linhas gerais das políticas governamentais adotadas em diferentes períodos de destaque da economia brasileira, buscando a compreensão do estudante sobre o papel do Estado no fomento do desenvolvimento econômico e social. A disciplina apóia-se em uma abordagem histórica enfocando as principais fases da economia brasileira entre os séculos XX-XXI e esboça um panorama global do crescimento econômico e da melhoria das condições sociais.

Programa: 1. Uma Economia em Transição (1930 – 1950): A crise do modelo agroexportador; os mecanismos de defesa do setor cafeeiro; o processo de industrialização nacional por substituição de importações – (periodização: anos 30 a meados dos anos 50). 2. A Era JK - o Plano de Metas e a Industrialização Pesada (1956-1960): O plano de metas: seus objetivos e instrumentos; as transformações estruturais decorrentes do plano; 3. A Crise dos Anos 60 - (1960-1972): A desaceleração do crescimento; a inflação; as políticas de estabilização, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG); as reformas institucionais; 4. O "Milagre Econômico": A recuperação do crescimento econômico: as políticas expansivas; 5. A desaceleração e as inflexões na política econômica (1974 a 1984): Os determinantes da desaceleração; o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico; 6. Os Planos Recentes de Estabilização nos anos 80 e 90 e (1985 – 1990): Resumo dos Planos Cruzado (1986), Bresser (1987) Verão (1989) e Collor (1990); os Planos Plurianuais; 7. O Governo FHC (1994-2002): O Plano Real e a Estabilização da Economia (1994 e 1999); as Políticas de Enfrentamento das Crises Externas (1999); os Programas Sociais; a Reforma do Estado; os PPAs. 8. O Governo Lula: Continuidade e Mudanças nos Rumos da Economia – (2003-2010): Os PPAs; os Programas Sociais; o PAC.

Bibliografia básica

GREMAUD, Amaury P.; Vasconcellos, Marco A. S.; Toneto Júnior, Rudinei. “Economia Brasileira Contemporânea”. 7ª Edição, Ed. Atlas, São Paulo, 2007.
ARAÚJO DE SOUZA, Nilson. “Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula”. 2ª Edição, Ed. Atlas, São Paulo, 2008.

Bibliografia complementar

BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
BAUMANN, Renato (Org.). O Brasil e a economia mundial. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996.
BAUMANN, Renato (organizador). Brasil: uma década em transição, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

CASTRO, Antonio Barros ; PIRES DE SOUZA, Francisco E. A economia brasileira em marcha forçada. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

FURTADO, Celso. “Formação Econômica do Brasil”. 24ª Edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1991.

GIAMBIAGI, Fábio; Villela, André; Barros de Castro, Lavínia; Hermann, Jennifer. “Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)”. 9ª Reimpressão, Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2005.

GOLDENSTEIN, Lúcia. “Repensando a Dependência”. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de pós-guerra: a crise recente. Revista de economia política. Vol. 2/3, julho-setembro/1982. P. 111-135.

TAVARES, Maria da Conceição ; FIORI, José Luís. (Des)Ajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1993.

VELOSO, João Paulo dos Reis (Coordenador). Brasil em mudança. São Paulo: Nobel, 1991.

CS2110 INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2-2-4)

Objetivo: A disciplina visa oferecer ao aluno uma introdução à análise de indicadores sociais, ferramenta essencial para a elaboração e implementação de políticas públicas. Será dada ênfase à compreensão das características dos principais indicadores econômicos, sociais, de desenvolvimento humano e de sustentabilidade, tais como: relevância, confiabilidade, sensibilidade, atualidade, replicabilidade etc. Somado a isso, os alunos deverão acessar, manusear e realizar análises com os diversos indicadores disponíveis em bases públicas.

Programa: O que são indicadores e como são criados. Características dos indicadores. Indicadores econômicos. Indicadores sociais. Indicadores de desenvolvimento humano. Indicadores de sustentabilidade. A aplicação dos indicadores nas pesquisas sociais. Acesso, manuseio e análise de dados e indicadores disponíveis.

Bibliografia básica

CARLEY, Michael. *Indicadores sociais: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal - Anexo Estatístico nº 17, Anexo Estatístico 2009. Disponível em http://www.ipea.gov.br/082/08201002.jsp?ttCD_CHAVE=3128, acesso em 17/09/2010

FERREIRA, Sinésio Pires. Produção e disponibilização de estatísticas: uma abordagem institucional. *Revista São Paulo em Perspectiva*. 2003, vol.17, n.3-4, pp. 17-25.

FUNDAÇÃO SEADE. *Pesquisa de condições de vida: uma abordagem multisectorial*. São Paulo, 1992.

JANNUZZI, P.M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações*. Campinas: Allínea/PUC-Campinas, 2004 (3ª. ed.)

JANUZZI, P.M. *Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil*. *Revista do Serviço Público Brasília* 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005. Disponível em www.enap.gov.br, acesso em 17/09/2010

PNUD *et al.* *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília: PNUD, 1998.

Bibliografia complementar

ERIKSON, R. Descripciones de la desigualdad: el enfoque sueco de la investigación sobre el bienestar. In: NUSSBAUM, M.; SEN, A. *La calidad de vida*. México: The United Nations University e Fondo de Cultura Económica, 1996.

OECD – Organization for Economic Cooperation and Economic Development. *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*. 2008. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/37/42/42495745.pdf>, acesso em 17/09/2010

POCHMANN, M. *et al.* (orgs). *Atlas da exclusão social no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; 2005.

TORRES, Haroldo da Gama; FERREIRA, Maria Paula e DINI, Nádia Pinheiro. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. *Revista São Paulo Perspectiva*. 2003, vol.17, n.3-4, pp. 80-90.

WORTHEN, R. B.; SANDRES, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de programas: concepções e práticas. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.

Sites de referência

Banco Central do Brasil: www.bacen.gov.br

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.ibge.gov.br

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas: www.ipea.gov.br

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: www.pnud.org.br

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados: www.seade.gov.br

CS2111 CONFLITOS SOCIAIS (4-0-4)

Objetivo: Apresentar várias interpretações dos conflitos sociais na sociedade contemporânea, a partir das contribuições de áreas de conhecimento distintas. Conhecer a pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas sobre a temática e suas possíveis relações com políticas públicas que possibilitem reconhecimento e visibilidade de conflitos sociais.

Programa: Interpretações dos conflitos sociais: algumas perspectivas teóricas antropológicas, filosóficas, históricas, sociológicas; concepções contemporâneas de sujeitos, identidades e comunidades em conflito; as interpretações dos conflitos sociais e a crítica das noções universais de poder, democracia e cidadania; conflitos sociais, consenso e dissenso; conflitos sociais, performances e culturas políticas; conflitos sociais, globalizações, multiculturalismos e sociedades em rede; conflitos sociais, ciência, tecnologia e informação; críticas às teorias dos conflitos e seus usos nas ciências sociais aplicadas: limites das concepções de gerenciamento, controle, eliminação e mediação de conflitos; políticas públicas e possibilidades de reconhecimento e visibilidade de conflitos como parte da vida em sociedade; políticas públicas e dificuldades de mapeamento de alguns conflitos sociais na contemporaneidade; políticas públicas, diversidade cultural e desigualdades sociais; políticas públicas e as críticas dos processos de transformação de diferenças em desigualdades e preconceitos: reparação e combate aos racismos, sexismos, homofobia, xenofobia; sujeitos e grupos protagonistas de conflitos e políticas públicas; conflitos étnicos; conflitos intergeracionais; conflitos de gênero; conflitos internacionais; conflitos sócio-espaciais; alianças e conflitos nos movimentos sindicais, sociais e culturais; políticas afirmativas e outras políticas vistas como especiais e/ou diferenciadas; políticas públicas e conflitos sociais na região do ABC paulista.

Bibliografia Básica

- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 7ª ed. rev. e ampl., São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 1)
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 6ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986.
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- RANCIÈRE, Jacques. “O dissenso”. In: NOVAES, Adauto. A crise da razão. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp. 373-377.

Bibliografia complementar

- APPIAH, Kwame Anthony. “Cultura, comunidade e cidadania”. In: HELLER, Agnes [et al.] A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, pp. 219-250.
- BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- CANCLINI, Nestor Garcia. A globalização imaginada. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.
- CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002. (Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 3)

- _____. O poder da identidade. (Coleção A Era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2) 3a ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?” In: (SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp. 103-133.
- _____. A identidade cultural na pós-modernidade. 10ª ed., Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MONTIEL, Edgar. “A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização”. IN: SIDEKUN, Antônio (org.). Alteridade e Multiculturalismo. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.) Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. 2ª ed., Brasília, DF/Petrópolis, RS: NEDIC/Vozes, 1999.
- RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível. Estética e política. São Paulo/Rio de Janeiro: Exo Experimental Org./ Ed. 34, 2005.
- SEMPRINI, Andrea. Multiculturalismo. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- SLOTERDIJK, Peter. O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CS2112 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (4-0-4)

Objetivo: A disciplina objetiva introduzir o estudo das relações entre Estado, Terceiro Setor e ONG's, considerando os papéis, tensões, disputas, colaborações e complementaridades. Deve-se realizar o estudo tendo-se por base tanto referências teóricas como também as experiências empíricas em diversos setores.

Programa: Democratização no Brasil e papéis da sociedade e do Estado. Reformas do Estado e impactos nas formas de organização e representação da sociedade civil. Terceiro setor e filantropia empresarial. Organizações não governamentais e movimentos sociais. Representatividade e legitimidade das ONG's e instituições do terceiro setor. ONG's, governos e empresas: disputas, aproximações e complementaridades. Relações e significados para a democracia, cidadania e construção de espaço público e políticas públicas. Exemplos e casos.

Bibliografia Básica

- OLIVEIRA, F.; Rizek, C. S. (orgs). A era da indeterminação. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, B. S. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. Democracia, sociedade civil e participação. Argos: São Paulo, 2007.

Bibliografia Complementar

- GOMIDE, D. Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos. São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2003.
- LEROY, J.P. et. al. (org.) Tudo ao mesmo tempo agora : desenvolvimento, sustentabilidade, democracia : o que isso tem a ver com você? Petrópolis: Vozes, 2002.
- SANTOS, B. S. Democratizar A Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa. Civilização Brasileira, 2002.
- TEIXEIRA. A.C. Identidades em construção: as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo: Annablume, 2003. 207 p.
- TEIXEIRA, A. C. (org.). Os sentidos da democracia e da participação. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

CS2113 INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL (4-0-4)

Objetivo: A disciplina visa oferecer ao aluno uma introdução aos temas centrais do Direito Constitucional brasileiro, levando-o à compreensão da separação de poderes no direito constitucional moderno. Será analisada a configuração da separação horizontal dos poderes na Constituição Federal de 1988, a questão da responsabilização recíproca e da colaboração entre Poderes. Em um segundo momento, será estudada a separação vertical de poderes (regime federativo), abordando a configuração normativa decorrente do modelo de federalismo adotado no Brasil. Por fim, serão tratados os temas atinentes aos mecanismos de controle de constitucionalidade, os quais ensejam a atuação do Poder Judiciário em questões eminentemente políticas, ou seja, de responsabilidade dos Poderes Executivo e/ou Legislativo.

Programa: Constitucionalismo, Classificação das Constituições e Sistemas Constitucionais. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. As Constituições Brasileiras. As competências constitucionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e a relação entre os Poderes. Federalismo e relação jurídica entre entes federados. O controle da constitucionalidade das leis no Brasil.

Bibliografia básica

- ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. *Competências na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 2005.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2002.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2002.
- KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LOPES, José Reinaldo L. *Direitos Sociais – Teoria e Prática*. Editora Método, 2006.
- MENDES, Conrado H. *Controle de Constitucionalidade e Democracia*. Campus Editora, 2007.
- SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 2007.
- VIEIRA, Oscar Vilhena. *A Constituição e sua reserva de justiça*. São Paulo: Malheiros, 1999.

Bibliografia complementar

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Discricionariedade e Controle Jurisdicional*. Malheiros Editores, 2006.
- BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BONAVIDES, Paulo. *A constituição aberta*. São Paulo: Malheiros, 1996.
- KELSEN, Hans. *Jurisdição constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- NEGRI, Antonio. *O poder constituinte. Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: SP&A, 2002.
- SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Madrid: Alianza, 1992.
- ZIMMERMANN, Augusto. *Teoria geral do federalismo democrático*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

CS2114 FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS (4-0-4)

Objetivo: A CF 88 renovou o federalismo brasileiro, ao promover intensa redistribuição de competências entre as esferas de governo e ao elevar o município a ente federativo. Esta disciplina visa fornecer aos alunos conhecimentos fundamentais acerca das complexas interações entre as unidades subnacionais na produção e sobretudo na implementação das políticas públicas no país.

Programa: origens e desenvolvimento da questão federativa no Brasil: o pêndulo centralização/descentralização; o federalismo na República Velha; a centralização autoritária: Vargas e o regime militar; a dinâmica estadual na Democracia Populista; o federalismo na Assembleia Constituinte; a moldura federativa na CF 88; competências na federação: a competências legislativas; as competências normativas; receitas e encargos entre União, estados e municípios; as elites estaduais e as políticas públicas; o federalismo brasileiro: uma questão em aberto.

Bibliografia básica

ABRUCIO, F. Os barões da federação. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALMEIDA, F. D. M. Competências na Constituição de 1988. 4ª. edição. São Paulo: Atlas, 2007.

ARRETCHE, M. e MARQUES, E. (orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

DANTAS NETO, P. F. (org.). Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros. Revan, 2006.

Bibliografia complementar

BERCOVICI, G. Dilemas do Estado federal brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

GOMES, A. M. C. Regionalismo e centralização política. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

KLINK, J. J. Cidade-região. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. DP&A, n/d.

LEME, H. J. de C. O federalismo na Constituição de 1988. Representação política e distribuição de recursos tributários. Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 1994.

REGIS, A. O novo federalismo brasileiro. São Paulo: Forense, 2008.

SOARES, M. M. Teoria do sistema federal. Heterogeneidades territoriais, democracia e instituições políticas. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, UFMG, 1997.

SOUZA, C. "Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988". Revista de Sociologia e Política. Curitiba, no. 24, pp.105-121, 2005.

STEPAN, A. "Towards a New Comparative Politics of Federalism, (Multi)Nationalism, and Democracy: Beyond the Rikerian Federalism". In: Stepan, A. Arguing Comparative Politics. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CS2115 MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS (4-0-4)

Objetivo: A disciplina tem como objetivo refletir sobre a agenda ambiental, global, nacional e local, suas causas, instituições, atores, modos de apropriação e regimes de propriedade dos recursos naturais, e sua repercussão nas políticas públicas, com ênfase nas políticas ambientais no Brasil.

Programa: Agenda ambiental, histórico, características e repercussões. Relações entre os tipos de recursos naturais, modos de apropriação e regimes de propriedade. Instituições, organizações e meio ambiente. Políticas públicas na área ambiental. Instrumentos de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Legislação e políticas públicas na área ambiental no Brasil. Impactos e conflitos da agenda ambiental em outras agendas.

Bibliografia Básica

BARBIERI, J. C.. *Desenvolvimento e meio ambiente*. As estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis, Vozes, 2001.

CAVALCANTI, C. (org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (orgs). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 brasileira: bases para a discussão*. Brasília: MMA/PNUD 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Comércio e meio ambiente: uma agenda para a América Latina*. Brasília: MMA, 2002.

BURSZTYN, M. *Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais*. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Editora Brasiliense, 1993.

CAMARGO, A.; RIBEIRO, J. P. C.; PUPPIM DE OLIVEIRA, J. A. (orgs). *Meio Ambiente Brasil – Avanços e obstáculos pós-Rio 92*. São Paulo: Estação Liberdade. Rio de Janeiro: Instituto Socioambiental e FGV, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2.ed., Rio de Janeiro : Fundação Getulio Vargas, 1991. 430p.

BROWN, L. R. *Mobilização para salvar a civilização*. São Paulo, New Content Editora, 2009.

LEBEL, L., et al. 2006. Governance and the capacity to manage resilience in regional social-ecological systems. *Ecology and Society* 11(1): 19. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art19/>

LEIS, H. R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo a sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

MAY, P.H.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. *Economia do meio ambiente*. Teoria e prática. São Paulo, Campus, 2003.

McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso*. A história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1992.

MEADOWS, D.;MEADOWS, D.;RANDERS, J. *The 30_year update*. Chelsea Green, USA, 2004.

MEADOWS, D. L. et al. *Limites do crescimento*. Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978

MUELLER, C. *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2007.

CS2116 INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO (4-0-4)

Objetivo: A disciplina visa oferecer ao aluno uma introdução aos principais temas do Direito Administrativo brasileiro, capacitando-o para o trabalho com as fontes normativas.

Irão propiciar o contato com as principais leis brasileiras de Direito Administrativo, apresentando os debates atuais desse campo do Direito, ferramenta fundamental para a compreensão, elaboração e acompanhamento das políticas públicas.

Programa: Princípios do direito público. Atos administrativos. Serviços públicos (administração direta e indireta, agências reguladoras, convênios e consórcios, parcerias público-privadas etc.). Licitação. Servidor Público. Improbidade administrativa.

Bibliografia básica

JUSTEN FILHO, Marçal. *Teoria Geral das Concessões de Serviços Públicos*. Editora Dialética, 2003.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. *Regulação Estatal e Interesses Públicos*. Malheiros Editores, 2002.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo, 2006, Malheiros Editores, 20ª ed.

PIETRO, Maria Sylvania Zanella di. “500 anos de Direito Administrativo brasileiro”, em *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, nº 4, outubro/novembro/dezembro, 2005.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Fundamentos de Direito Administrativo*. Malheiros Editores, 2007.

Bibliografia complementar

BUENO, Vera Scarpinella. *Licitação na modalidade pregão*. São Paulo, Malheiros Editores, 2003.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Contratação direta sem licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade*. Brasília, Editora Brasília Jurídica, 6ª ed., 2007.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. “O regime jurídico das empresas estatais”, em *Direito Público – Estudos em homenagem ao Professor Adilson Abreu Dallari*. Velo Horizonte, editora Del Rey, 2004.

JUSTEN FILHO, Marçal, *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. São Paulo, Editora Dialética, 2005.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. *Proibição Administrativa*. São Paulo, Editora Saraiva, 2ª ed. 2002.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo, 2006, Malheiros Editores, 20ª ed.

SUNDFELD, Carlos Ari. “Introdução ao Direito Processual Público”, em *Direito Processual Público*, Carlos Ari Sunfeld e Cássio Scarpinella Bueno (coords.), São Paulo, Malheiros Editores – SBDP, 2000.

CS2117 FINANÇAS PÚBLICAS (4-0-4)

Programa: O papel do setor público na economia. Teoria das finanças públicas. Natureza e estrutura das despesas públicas. Modalidade de financiamentos dos encargos governamentais. Orçamento Público. As finanças públicas no Brasil. A Reforma do Estado: economia política do ajuste fiscal, a lógica da privatização e do Estado regulador. Federalismo Fiscal. Tópicos especiais de finanças públicas: o sistema tributário brasileiro, a crise da previdência social e a dinâmica da dívida pública.

Bibliografia básica

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (org.) Economia do Setor Público no Brasil, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C., Finanças Públicas- Teoria e Prática no Brasil, Rio de Janeiro, Campus, 1999.

LONGO, C. A.; TROSTER, R.L.. – Economia do Setor Público. São Paulo. Editora Atlas, 1993.

Bibliografia complementar

LONGO, C. A.; TROSTER, R.L.. – Economia do Setor Público. São Paulo. Editora Atlas, 1993.

RIANI, F. Economia do Setor Público – Uma Abordagem Introdutória, 4ª ed, São Paulo, Atlas, 2002.

REZENDE, F.. Finanças Públicas. Editora Atlas, 2001.

SILVA, F. A.R..Finanças Públicas, São Paulo. Editora Atlas, 2007.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P.. Macroeconomia. Editora Atlas, 2009.

STIGLITZ, J. Economics of Public Sector. W. W. Norton & Company, 2001.

CS2118 TRAJETÓRIAS DAS POLÍTICAS DE CTI NO BRASIL (4-0-4)

Objetivo: Proporcionar ao estudante a compreensão dos processos sociais que presidiram a constituição de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Brasil. A disciplina pretende efetuar um breve retrospecto histórico capaz de situar em que circunstâncias a atividade científica desenvolveu-se ao longo do século XX, com especial atenção às ações promovidas pelo Estado a partir da década de 1950. Pretende apontar também como, nas décadas subseqüentes, tais ações variaram de ênfase, segundo as diferentes conjunturas políticas. Atenção especial será dada aos novos instrumentos de apoio ao processo de inovação que vem sendo colocados em prática nos últimos anos.

Programa: A presença do Estado na criação e manutenção das instituições de ensino e pesquisa. A criação das Universidades. O período do Pós-Guerra: agências de fomento, o investimento na pós-graduação, os planos nacionais de ciência e tecnologia, a demanda e implantação de por órgãos ministeriais. A ação da comunidade científica no período autoritário. Os principais atores que compõem o sistema brasileiro de CTI. A agenda e os desafios do Brasil em política industrial e tecnológica. Novos mecanismos das instituições de fomento e de financiamento para desenvolvimento tecnológico e inovativo brasileiro.

Bibliografia básica

ALVES, C. & GONDRA, J.G. (org). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003

FREITAS, M.C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. S.P./Bragança Paulista: Contexto/CDPAH-IFAN)-Universidade São Francisco, 1998

FURTADO, J. Sistematização do debate sobre política industrial. *Seminário 50 anos BNDES*. Rio de Janeiro, setembro de 2002, pp. 133-153.

PACHECO, C. A. & CORDER, S. *Mapeamento institucional e de medidas de política com impacto sobre a inovação produtiva e a diversificação das exportações*. Documento da CEPAL, março de 2010.

SUZIGAN, W. & FURTADO, J. Instituições e políticas industriais e tecnológicas: reflexões a partir da experiência brasileira. *Estudos Econômicos*, 2010, v. 40, n. 1, p. 7-41.

Bibliografia complementar

AGUIAR, L. (org.) et alii. *Para entender o Brasil*. São Paulo: Alegro, 2001

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Os novos instrumentos de apoio à inovação: uma avaliação inicial*. CGEE: Brasília, 2009.

FERREIRA, M.M & MOREIRA, R. (orgs.) et alii. *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. RJ/Brasília: Ed. da FGV/CPDOC/Capes, 2001

MCT – *Ciência, Tecnologia e Inovação – Desafios para a sociedade brasileira* (Livro Verde). MCT, Brasília, 2001, Cap. 4 – Desenvolvimento econômico, pp. 113-164.

MOTA, L. D. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico* [vol. 1 e 2]. São Paulo: Senac/SP, 2001.

CS2119 POLÍTICAS PÚBLICAS SUL-AMERICANAS (4-0-4)

Objetivo: A integração sul-americana, ao sair da esfera da retórica, gerou um conjunto de políticas públicas sul-americanas em várias áreas. Isso pode tomar a forma de coordenação de políticas públicas nacionais até a construção de mecanismos supranacionais. Em todos os casos, coloca um novo desafio para a prática e o estudo de políticas públicas no Brasil, por exemplo, no que diz respeito às formas de financiamento, ao envolvimento do Congresso, a participação social e aos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação. A tendência de que este processo se aprofunde nos próximos anos, em consonância com os objetivos da política externa brasileira e as necessidades concretas nas áreas nas quais as metas estabelecidas em nível nacional, exige uma atuação em nível sul-americano.

Programa: Análise da construção e implementação de políticas públicas sul-americanas em quatro áreas: (a) Iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA); (b) Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM); (c) Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); (d) Mercosul Social.

Bibliografia básica

BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. *O Banco do Sul e o Brasil na Agenda da nova arquitetura financeira regional*. Boletim de Economia e Política Internacional, número 3, julho-setembro 2010, IPEA.

CONSELHO DO MERCADO COMUM/MERCOSUL. *Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural do mercosul*. São Juan, 2010.

IRSSA. *Apuntes sobre Infraestructura e Integreción em América del Sul 2008-2009*. Buenos Aires, março 2010.

_____. *Herramienta de Trabajo para el diseño de una visión estratégica de la integración física suramericana*. Caracas, 2003.

OTCA. *Plano Estratégico 2004-2012*. Brasília, 2004.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA. *Mercosul Social e Participativa*. Brasília 2010.

SINGER, Paul. *Da Geografia à História. Introdução: o que é a América do Sul? Texto apresentado durante o Seminário América do Sul, realizado no dia 15 de agosto de 1997, no Rio de Janeiro*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

UNASUL. *Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas*. Brasília, maio 2008.

VIOLA, Eduardo; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; LEIS, Hector Ricardo. *Governança e Segurança Climática na América do Sul*. iFHC/Ciaplan, São Paulo, 2008.

Bibliografia complementar

ANDRÉS, Fernando. *A organização do tratado de cooperação amazônica e a consolidação do processo de integração sul-americana*. Mestrado Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2007.

CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. Capítulo 1.

CEPAL. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe • 2008-2009* Capítulo III -Espacios de cooperación e integración regional. Santiago, 2008
SCHUTTE, G. R. . América do Sul: o surgimento de um regime de integração. Dossiê Diplomático, v. No 2, p. 3-6, 2009.

CS2120 INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS (4-0-4)

Objetivo: O curso tem por objetivo apresentar aos alunos a abordagem da chamada Nova Gestão Pública, bem como as principais ferramentas de inovação da gestão dos serviços públicos, tanto em termos de modelos gerenciais e de recursos humanos, quanto de inovação tecnológica e “democrática”, com a participação popular na gestão pública.

Programa: Reforma do Estado e a Nova Gestão Pública. Novas formas de gestão dos serviços públicos: PPP, OSCIP e OSS. Redes públicas na gestão local: câmaras setoriais, consórcios intermunicipais e novos modelos de cooperação intergovernamental. Inovação democrática: a participação popular através dos Conselhos Gestores e do Orçamento Participativo. Inovação tecnológica: governo eletrônico e sistemas de informação.

Bibliografia básica

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública, 2007, vol.41.

ABRUCIO, Fernando L. SOARES, Márcia M. Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2001.

AVRITZER, L. e NAVARRO, Z. (orgs.). A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez . 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, SPINK, Peter. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. São Paulo: FGV, 1998.

COELHO, V. e NOBRE, M. Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora 34. 2004.

LAVALLE, Adrián Gurza, HOUTZAGER, Peter P. and CASTELLO, Graziela “Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Fev 2006, vol.21, no.60.

SANO, Hironobu e ABRUCIO, Fernando Luiz. “Promessas e resultados da Nova Gestão Pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo”. Rev. adm. empres., Set 2008, vol.48, no.3.

SOUZA, C. “A nova gestão pública”. In: Gestão Pública – desafios e perspectivas. Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, Salvador, 2001.

Bibliografia Complementar

ABERS, R.. Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil. Boulder: Lynne Rienner Publishers.2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a cidadania. São Paulo: 34, 1998.

COELHO, Vera Schattan P. “A democratização dos Conselhos de Saúde: o paradoxo de atrair não aliados”. Novos estudos - CEBRAP, Jul 2007, no.78, p.77-92.

DINIZ, Eduardo Henrique et al. “O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise”. Revista de Administração Pública, Fev 2009, vol.43, no.1, p.23-48.

FREY, Klaus. "Crise do Estado e Estilos de Gestão Municipal". Lua Nova- Revista de Cultura Política, n.37. 1996

LONGO, Francisco. Mérito e flexibilidade: a gestão das pessoas no setor público. São Paulo: Fundap, 2007.

NASSUNO, M. e KAMADA, P. Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública, Relatório de Seminário, Brasília: MP, SEGES, 2002.

OLIVEIRA, Vanessa E. “Municípios cooperando com municípios: relações federativas e consórcios intermunicipais de saúde no Estado de São Paulo”. Revista São Paulo em Perspectiva, v.22, n.1, jan/jun 2008.

REZENDE, Flávio da Cunha. Por que falham as reformas administrativas? Rio de Janeiro: FGV, 2004.

REZENDE, Flávio da Cunha. “Desafios gerenciais para a reconfiguração da administração burocrática Brasileira”. Sociologias, Jun 2009, no.21.

SANCHEZ, Oscar Adolfo. “O poder burocrático e o controle da informação”. Lua Nova, 2003, no.58, p.89-119.

SCHIAVO-CAMPO, S. “A Reforma do Serviço Público”, Finanças & Desenvolvimento, Banco Mundial, Setembro 1996.

CS2121 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL (4-0-4)

Objetivo: Fornecer aos alunos ferramental teórico e prático para compreender e avaliar a importância do poder local e da administração municipal no contexto atual do país, assim como seus dilemas, possibilidades e desafios, incluindo a intermediação com outras esferas de poder. Analisar o desenvolvimento local no Brasil em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, levando-se em conta as desigualdades regionais.

Programa: Transformações produtivas e desenvolvimento local no mundo contemporâneo; estratégias de desenvolvimento local no Brasil; avaliação de instrumentos de intervenção pública direcionados para o desenvolvimento local; atribuições da administração municipal; políticas públicas no nível local em suas dimensões sociais, culturais e econômicas; desafios e características das regiões metropolitanas; desenvolvimento em nível local e municipal; redes de cooperação e coordenação intermunicipal; O local no contexto nacional e global; territórios produtivos e desenvolvimento local no Brasil: *clusters*, distritos, APLs e Economia Solidária. Governança, novo municipalismo e pactos territoriais.

Bibliografia básica

AAVV; Desafios da Economia Solidária. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009 (Col. Le Monde Diplomatique Brasil, v. 4).

CASSIOLATO, J. E. et al. (orgs.) Arranjos Produtivos Locais. Uma alternativa para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

KLINK, Jeroen; A Cidade-Região. Regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MENDES, Rosilda; BOGUS, Cláudia Maria e AKERMAN, Marco. (2004). Agendas urbanas intersetoriais em quatro cidades de São Paulo. Saúde e Sociedade. vol.13, n.1, pp. 47-55.

Bibliografia complementar

ABRUCIO, Fernando L. SOARES, Márcia M. (2001). Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer.

BRANDÃO, Carlos Antônio; A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2003 (Tese de Livre-Docência, mimeo).

BENKO, G. e LIPIETZ, A.; As Regiões Ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Lisboa (Oeiras): Celta editora, 1994.

BOSCHERINI, F. e POMA L. (orgs.); Território, Conocimiento y Competitividad de las Empresas. El rol de las instituciones en el espacio global. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2000.

LAGES, V. et al.; Territórios em Movimento. Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Sebrae, 2004.

MATTEO, Miguel; TAPIA, Jorge Ruben Biton. Características da indústria paulista nos anos 90: em direção a uma city region?. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 18, jun. 2002

MENDES, Rosilda; BOGUS, Cláudia Maria e AKERMAN, Marco. (2004). Agendas urbanas intersetoriais em quatro cidades de São Paulo. Saúde e Sociedade. vol.13, n.1, pp. 47-55.

- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. (2000). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan
- SOUZA, Celina. (1998). Intermediação de interesses regionais no Brasil: o impacto do federalismo e da descentralização. DADOS, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol 41(3)
- SILVA, G. e COCCO, G. (orgs.); Territórios Produtivos. Oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- SPINK, Peter. (2001). O lugar do lugar na análise organizacional. Revista de Administração Contemporânea. 2001, vol.5, número especial, pp. 11-34
- SINGER, Paul; A Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

CS2122 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO EM PERSPECTIVA COMPARADA (4-0-4)

Objetivo: a disciplina visa apresentar aos alunos a variedade de arranjos e modos de operação da administração pública, assim como as principais questões do setor, tais como a accountability e o gerencialismo. Será dada atenção às experiências de reforma do Estado no Brasil, nos governos federal e estaduais, e no nível internacional.

Programa: Estado, política e administração pública; Crise e reforma do Estado: as diversas respostas; A Nova Gestão Pública; Formas de responsabilização e accountability da administração pública; A experiência internacional da reforma do Estado; As experiências brasileiras da reforma do Estado; A agenda atual

Bibliografia básica

- ABRUCIO, Fernando Luiz. (2007). Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública. Edição Especial Comemorativa 1967-2007. Rio de Janeiro
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (1998). Reforma do estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter, orgs. (1998). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro
- EVANS, Peter. (1993). O Estado como Problema e Solução. Lua Nova,. São Paulo, n. 28/29, p. 107-156
- LONGO, Francisco (2001). La Reforma del Servicio Civil em Las Democracias Avanzadas: Mérito con Flexibilidad. Washington. D.C.: BID
- REZENDE, Flávio da Cunha. (2002). Por Que Reformas Administrativas Falham?. Revista Brasileira de Ciências Sociais 17(50), outubro 2002: 123-142.

Bibliografia complementar

- ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita (2005). Finanças Públicas, Democracia e Accountability. In Ciro Biderman e Paulo Arvate, orgs. (2005) Economia do Setor Público. Rio de Janeiro: Editora Campus: 75-102.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, GRAU, Nuria Cunil (orgs.). (2000) La Responsabilización em la Nueva Gestión Pública Latinoamericana. Buenos Aires: Eudeba
- KUTTNER, Robert (2000) Tudo à venda: as Virtudes e os Limites do Mercado. São Paulo: Companhia das Letras
- POLLITT, Christopher; BOUCKAERT, Geert (2000) Public Manangement Reform. Oxford: Oxford University Press
- SCHNEIDER, Ben Ross (1994) Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré.
- Weber, Max (1993). Parlamento e Governo numa Alemanha Reordenada. Petrópolis: Editora Vozes: 41-70.

CS2123 TEMAS CONTEMPORÂNEOS (2-2-4)

Objetivo: Discutir temáticas relacionadas ao Tempo Presente, tanto referentes a aspectos conceituais - discussão do conceito de modernidade e contemporaneidade - como também à análise de movimentos políticos, culturais e sociais da atual sociedade contemporânea. Utilização de dois laboratórios: laboratório da contemporaneidade para oficinas relacionadas a temas contemporâneos e o laboratório de multimídia para novas linguagens a serem usadas para desenvolver assuntos relacionados à mídia e à sociedade globalizada.

Programa: Conceitos de contemporaneidade/modernidade. Sociedade do consumo e os distúrbios da Contemporaneidade. Teorias da Globalização. Revoluções e guerras. Socialismo, liberalismo, neoliberalismo e Estado de bem estar social. Movimentos culturais na Contemporaneidade. Movimentos migratórios e imigratórios na contemporaneidade. Terrorismo e fundamentalismos contemporâneos. Novas tecnologias de informação e suas aplicabilidades na sociedade. Mídias e modernidades.

Bibliografia básica

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A. 2003.
- REIS FILHO, Daniel A, FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs). *O século XX*. v. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- PORTO JR., Gilson. (org). *História do Tempo Presente*. Bauru (SP): EDUSC, 2007.

Bibliografia complementar

- ANDERSON, Perry. *As origens da pós modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.
- BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã / Depto. História / FFLCH/USP, 1995.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Memória da barbárie – a história do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp / Nova Stella, 1990.
- BOURDIER, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- DAHRENDORF, R. *Após 1989*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FEATHERSTONE, M. (Org.), *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- _____. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MANDEL, E. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática.
- SADER, Emir (org.) *O mundo depois da Queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____, GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. 6ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.3962

- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*. São Paulo EDUSP: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3vs.

CS1101 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS I (0-2-6)

CS1102 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS II (0-2-6)

O aluno deverá apresentar ao final do curso um Trabalho de Conclusão. Este trabalho será discutido/realizado nas disciplinas TCC de Políticas Públicas I e II, a serem cursadas nos dois últimos quadrimestres do curso, preferencialmente, e seguem o formato de seminários de pesquisa, sob a supervisão de um professor responsável, credenciado ao BPP, que deverá discutir o andamento dos trabalhos.

O trabalho de conclusão de curso a ser apresentado deverá ser resultado de um desdobramento do trabalho de iniciação científica ou do PDPD realizado pelo aluno ou uma monografia. Em ambos os casos, tal trabalho deve estar voltado para a área de políticas públicas.

O TCC deverá ser orientado por professor da UFABC e defendido perante uma banca, presencial ou não, conforme determinação do orientador, composta pelo orientador e mais dois professores adicionais.

Na realidade, o Trabalho de conclusão de curso de Políticas Públicas pode ser visto como disciplina prática de 0-4-12. Esta disciplina foi dividida em duas para que o aluno tenha um período maior para refletir e preparar tal trabalho.

Universidade Federal do ABC
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

EMENTAS DAS DISCIPLINAS DE OPÇÃO LIMITADA DOS NÚCLEOS DE CONHECIMENTO DO BPP

DISCIPLINAS DE OPÇÃO LIMITADA.....16 créditos/192 h

Escolha de 4 disciplinas de cada núcleo ou individuais - 1 disciplina de 4 créditos/quadrimestre, durante os últimos 4 (do 9º ao 12º) quadrimestres, preferencialmente.

ÁREAS:

ECONOMIA E POLÍTICA DA CT&I

(conjunta do BPP e de Ciências Econômicas)

CS3101 PENSAMENTO LATINO-AMERICANO E POLÍTICAS DE CTI
CS32XX CONHECIMENTO NA ECONOMIA: ABORDAGENS E INTERFACES COM AS ATIVIDADES DE CT&I
CS3102 MODELOS E PRÁTICAS COLABORATIVAS EM CT&I
CS32XX MUDANÇA TECNOLÓGICA E DINÂMICA CAPITALISTA NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

ECONOMIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

(conjunta do BPP e de Ciências Econômicas)

CS3103 DESIGUALDADES REGIONAIS E FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BRASIL
CS32XX ECONOMIA REGIONAL E SOCIEDADE
CS3104 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL
CS32XX MODELOS ECONÔMICOS E ANÁLISE DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CS3105 INTRODUÇÃO À ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CS3106 INSTITUIÇÕES JUDICIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS
CS3107 ORÇAMENTO E POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA
CS3108 REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

POLÍTICAS SETORIAIS

CS3109 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO, ETNIA E GERAÇÃO
CS3110 POLÍTICAS CULTURAIS
CS3111 POLÍTICAS URBANAS
CS3112 POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA

ECONOMIA E POLÍTICA DA CT&I

CS3101 PENSAMENTO LATINO-AMERICANO E POLÍTICAS DE CTI (4-0-4)

Objetivo: Estudar as contribuições do pensamento latino-americano para a compreensão das especificidades do processo de desenvolvimento na região, com especial atenção às questões que envolvem a formulação de políticas de CTI.

Programa: A abordagem cepalina. A abordagem neo-schumpeteriana. O papel das empresas multinacionais. O ambiente institucional e as estratégias de desenvolvimento dos países da América Latina. Especificidades e limitações das atividades de pesquisas científicas e tecnológicas na América Latina.

Bibliografia Básica

FAJNZYLBBER, F. Industrialización en América Latina: de la “Caja Negra” al “Casillero Vacio”. *Cuadernos de la CEPAL*, 1989, n. 60, Santiago do Chile.

FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1979.

HERRERA, A. *Ciencia y Política en América Latina*, Siglo XXI, Mexico, 1971.

TAVARES, M. C. *Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, ensaios sobre a Economia Brasileira, Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

VESSURI, H. *O inventamos o erramos. La ciência como Idea-fuerza em América Latina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.

Bibliografia Complementar

DOSI, G. & CASTALDIL, C., Padrões Locais e Divergentes de Aprendizagem Tecnológica em Mercados (Parcialmente) Globalizados – Haverá algo de novo? In: Castro, A. C. (org.), *Desenvolvimento em Debate: novos rumos no mundo*. Mauad: BNDES, Rio de Janeiro, 2002, Vol 1: A Nova Agenda Mundial – Revolução Tecnológica e Integração Global, pp. 75-102.

FAJNZYLBBER, F. Oligopólios, empresas transnacionales y estilos de desarrollo. In: R. Ffrench-Davis (org.) *Intercambio y Desarrollo*, El Trimestre Económico, Fondo de Cultura Económico, Serie Lectures n 38, Vol. 2, Fondo de Cultura Económica, 1981, pp. 162-192.

LALL, S. Globalização e Desenvolvimento – Perspectivas para as Nações Emergentes. In: Castro, A. C. (org.), *Desenvolvimento em Debate: novos rumos no mundo*. Mauad: BNDES, Rio de Janeiro, 2002, vol 1: A Nova Agenda Mundial – Revolução Tecnológica e Integração Global, pp. 105-115.

SÁBATO, J. & BOTANA, N. La ciencia y la tecnología en el desarrollo de América Latina. A. Herrera (ed.) *América Latina: Ciência y tecnología en el desarrollo de la*

sociedad. Colección Tiempo Latinoamericano. Editorial Universitaria, Santiago de Chile, 1970.

SAGASTI, F. *La política científica y tecnológica en América Latina: Un estudio del enfoque de sistemas*, México, El Colegio de México, Serie Jornadas N° 101, 1983.

CS32XX CONHECIMENTO NA ECONOMIA: ABORDAGENS E INTERFACES COM AS ATIVIDADES DE C, T & I (4-0-4)

Objetivo: Contribuir para o entendimento sobre o papel do conhecimento na economia e nas estruturas de CTI.

Programa: Ciência, Tecnologia, Inovação (CTI) e Sociedade: geração e aplicação do conhecimento. Economia da inovação: contribuições da abordagem evolucionista sobre o conhecimento na economia. Abordagens econômicas sobre os mecanismos de aprendizagem e sua relação do conhecimento. As dimensões tácitas e codificadas do conhecimento e o papel das TICs. Abordagens de análise sobre o papel do conhecimento na economia. Sociedade da informação e do conhecimento: análises conceituais e contribuições das abordagens.

Bibliografia básica

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, Introdução, pp. 21-48; e cap. 1, pp. 49-81.

GIBBONS, M. et al. *The new production of knowledge. The dynamics of science and research in contemporary societies*. Sage, London, 1994. Introdução (pp.1- 16).

LUNDVALL, B. Å. The social dimension of the learning economy. *DRUID Working Paper 96-1*, Department of Business Studies, Aalborg University, Aalborg, 1996.

MACHLUP, F. *The production and distribution of knowledge in the United States*. New Jersey: Princeton University Press, 1962. 416 p.

Bibliografia complementar

CALLON, M. Is science a public good?, *Science Technology and Human Values*, 1994, 19, (4).

FORAY, D. Characterizing the knowledge base: available and missing indicators. In: *Knowledge management in the learning society*. Paris: OECD, 2000.

FORAY, D.; LUNDVALL, B. The knowledge-based economy: from the economics of knowledge to the learning economy. In: *Employment and growth in the knowledge based economy*. Paris: OECD, 1996.

OECD. *Employment and growth in the knowledge-based economy*. Paris: OECD, 1996.

OECD. *The knowledge-based economy*. Paris: OECD, 1996.

PAVITT, K. The social shaping of the national science base, *Research Policy*, 1998, 27 (8): 793-805.

STOKES, D. O Quadrante de Pasteur – a ciência básica e a inovação tecnológica. Editora da Unicamp: Campinas/SP, 2005 (original de 1997), cap. 1.

CS3102 MODELOS E PRÁTICAS COLABORATIVAS EM CT&I (4-0-4)

Objetivo: Promover reflexões sobre as formas e determinantes do uso de fontes externas para o processo de inovação tecnológica. Analisar as principais limitações ao desenvolvimento dessas práticas.

Programa: Inovação tecnológica como um processo. Atividades inovadoras e interações com fontes de conhecimento, tecnologia, recursos humanos e financeiros. Abordagens sobre o processo de inovação. Fontes externas e o conceito de sistema nacional de inovação. Redes de inovação, arranjos institucionais e articulações entre os setores público e privado. Questões de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia. A emergência dos modelos abertos de inovação tecnológica: suas tipologias e determinantes.

Bibliografia básica

CHESBROUGH, H. *Open innovation: the new imperative for creating and profiting from technology*. Boston: Harvard Business School Press, 2003.

GIBBONS, M. ; LIMOGES, C. ; NOWOTNY, H. ; SCHWARTZMAN, S. ; SCOTT, P.; TROW, M. *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. London: Sage Publications Inc, 1994.

LUNDVALL, B.A. “Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation”, 1988 In DOSI, G. et alii (eds). *Technical change and economic theory*. London, Pinter Publishers, 1988.

TEECE, D. Profiting from technological innovation: Implications for integration, collaboration, licensing and public policy. *Research Policy*, vol. 15, num. 6, p.285-305, 1986.

Bibliografia complementar

CALLON, M. The dynamics of techno-economic networks. In: COOMBS, R.; SAVIOTTI, P.; WALSH, V. (Eds.) *Technological change and company strategies*. London, Academic Press. pp. 72-102, 1992.

KLINE, S. Models of innovation and their policy consequences, 1991 In INOSE, H., KAWASAKI, M, & KODAMA, F.(eds). *Science and Technology Policy Research - “What should be done? What can be done”*, The Proceedings of the NISTEP International Conference on Science and Technology - Policy Research, Mita Press, Tokyo, Japan,1991.

NOOTEBOOM, B. *Inter-firm collaboration, learning & networks – An integrated approach*. London and New York, Routledge, 2004.

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development. *Manual de Oslo – Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*, OECD – tradução FINEP, Brasília, 2006.

SALLES-FILHO, S. L. M.; BIN, A.; FERRO, A. F. (2008) Abordagens abertas e as implicações para a gestão de C,T&I. *Revista Conhecimento e Inovação* (Inova/Unicamp), Campinas, ano 4, n. 1, out./nov./dez. 2008, p. 40-41.

VALLE, M. G. BONACELLI, M. B. M. SALLES-FILHO, M. B. Aportes da Economia Evolucionista e da Nova Economia Institucional na Constituição de Arranjos Institucionais de Pesquisa. Anais do XXII Simpósio de gestão da inovação tecnológica, Bahia, novembro 2002.

CS32XX MUDANÇA TECNOLÓGICA E DINÂMICA CAPITALISTA NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA (4-0-4)

Objetivo: Criar um entendimento conceitual sobre o papel da mudança tecnológica e suas implicações para as empresas e para a economia.

Programa: Principais elementos teóricos da economia contemporânea sobre o papel mudança tecnológica na dinâmica capitalista. Condicionantes do processo de inovação tecnológica e impactos para o crescimento das empresas e da economia.

Bibliografia básica

DOSI, G. The nature of the innovative process. In: DOSI, G., FREEMAN, C., NELSON, R., SILVERBERG, G. & SOETE, L. (eds.). *Technical change and economic theory*. Londres: Pinter Publishers, 1988.

NELSON, R. e WINTER, S. Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Editora da Unicamp: Campinas/SP, 2005 (original de 1982), cap. 1 e 11.

ROSENBERG, N. *Por dentro da caixa preta – tecnologia e economia*. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2006. (cap. 1 e 2)

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Zahar Editores S.A., Rio de Janeiro, 1984, caps. 7, 8, 12.

Bibliografia complementar

BELL, M. & PAVITT, K. Technological accumulation and industrial growth: contrasts between developed and developing countries. *Industrial and Corporate Change*, v. 2, n° 2, 1993.

LUNDEVALL, B.A. “Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation”, 1988 In DOSI, G. et alii (eds). *Technical change and economic theory*. London, Pinter Publishers, 1988.

NELSON, R. & SAMPAT, B. Las instituciones como factor que regula el desempeño económico. *Revista de Economía Institucional*, num. 5, vol. 2, p.17-51, 2001 (artigo original publicado em *Journal of Economic Behavior and Organization*, 44, 1, 2001, p. 31-54)

SZMRECSÁNYI, T. A herança schumpeteriana. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. *Economia da Inovação Tecnológica*. São Paulo, Editora Hucitec, 2006.

WILLIAMSON, O. *The economic institutions of capitalism*. Nova Iorque: Free Press, 1985.

ECONOMIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

CS3103 DESIGUALDADES REGIONAIS E FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BRASIL (4-0-4)

Objetivo: (a) Analisar os efeitos históricos e as heranças do padrão de ocupação territorial no Brasil; (b) Apresentar os grandes ciclos econômicos experimentados durante a formação socioespacial do Brasil e suas implicações para as desigualdades regionais; (c) Analisar a configuração atual da desigualdade regional no Brasil; (d) Compreender as especificidades das grandes regiões em perspectiva histórica; (e) Analisar as possibilidades e os constrangimentos ao desenvolvimento regional e à integração nacional.

Programa: Padrões de ocupação territorial em perspectiva comparada: Brasil, América Hispânica, Estados Unidos. Ciclos econômicos e heranças estruturais: efeitos de longo prazo da especialização produtiva regional e da concentração econômica e populacional. Evolução espacial da população brasileira ao longo do século XX. Padrões de concentração urbana e metropolização. Padrões de desenvolvimento rural. Redistribuição populacional e econômica na virada para o Século XXI: implicações para a coesão territorial e o desenvolvimento regional e nacional. Amazônia: questão ambiental e novas vantagens comparativas. Nordeste: Semi-árido e os pólos dinâmicos da economia nordestina. Centro-Oeste: Cerrados e a expansão da agricultura de grãos. Sul e Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas com a desconcentração.

Bibliografia básica

- AFFONSO, Rui de Britto A. (org.) Desigualdades regionais e desenvolvimento. Ed. Unesp/Fundap, 1998.
- ARAÚJO, Tania. B. Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.
- DINIZ, Clélio. C. ; LEMOS, M. B. . Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. v. 1. 578 p.

Bibliografia complementar

- MARTINE, George ; MUELLER, Charles . Modernização agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - a década de 1980. Revista de Economia Política, v. 17, n. 3, p. 85-104, 1997.
- VAINER, Carlos. B. . Metrôpoles da Periferia e Periferias das Metrôpoles. Cadernos do Desenvolvimento, v. 01, p. 236-238, 2008.
- VEIGA, José Eli ET AL. (2001). O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, Textos para Discussão, n. 1. Nead.
- SANTOS, Milton. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Ed. Record, São Paulo, 2005.

CS32XX ECONOMIA REGIONAL E SOCIEDADE (4-0-4)

Objetivo:

1. Introduzir o debate sobre as relações entre a globalização, a reestruturação produtiva e a dinâmica das economias urbanas e regionais; 2. Analisar os limites e potencialidades de estratégias de desenvolvimento local e regional no atual cenário nacional e internacional; 3 Refletir criticamente sobre o alcance de algumas estratégias concretas de desenvolvimento local e regional.

Programa:

1. A contextualização do debate acerca do papel do território na economia internacional; 2. Globalização, reestruturação produtiva e as economias urbanas e regionais; 3. Teorias sobre o desenvolvimento local; 4. Tipologia de estratégias de desenvolvimento econômico local e regional; 5. Experiências nacionais e internacionais de revitalização de economias urbanas e regionais; 6. Perspectivas: economia, governança e mobilização produtiva de territórios.

Bibliografia básica

DINIZ, C.C., LEMOS, M.B. (Orgs) (2005). Economia e território. Belo Horizonte: Editora UFMG.

OHMAE, K. O fim do estado nação. A ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SASSEN, S. A nova economia urbana: a interseção dos processo globais com a localidade. In: As cidades na economia mundial, São Paulo, Studio Nobel, 1998, pp. 75 – 102.

SENGENBERGER, W e PIKE, F. (1999). Distritos industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e política. In: Urani, André, Cocco, GIUSEPPE, Galvão; PATEZ, Alexander (Organizadores). Empresários e empregos nos novos territórios produtivos. O caso da terceira Itália. Rio de Janeiro, Editora DPA.

HARVEY, D. (1989) From Managerialism to enterpreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism, Geografiska Annaler, No 1, 1989, pp. 3-17.

Bibliografia complementar

LEE, R. e WILLS, J. (Eds.) (1997). Geographies of economies. London: Arnold Publishers.

ROJAS, E., CUADRADO ROURA, J.R. e GÜELL, José Miguel Fenández (Orgs.). Governar las metrópolis. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo e Universidade de Alcalá de Henares, 2005.

WORLD BANK. Reshaping Economic Geography. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development, 2009.

CS3104 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL (4-0-4)

Objetivo: Identificar e caracterizar as políticas públicas de intervenção territorial no Brasil, destacando seus objetivos, modalidades de ação e alcance dos resultados.

Programa: Caracterização do processo de urbanização brasileira: questões econômicas, fundiárias, sociais, culturais e ambientais e seus impactos na formação das cidades e regiões. Políticas públicas, produção do espaço e dinâmicas sociais. Agentes e escalas de produção do espaço. Instrumentos de planejamento e gestão do território. Alcances e limitações do planejamento e dos instrumentos normativos. Novos paradigmas de planejamento ambiental, urbano e regional.

Bibliografia Básica

KLINK, J.. Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, nº 2, p. 217-226, maio/ago 2009.

LEAL, S; M. R. Território e escalas de cooperação e gestão consorciada: o caso francês e seus aportes à experiência brasileira. *Cadernos Metrópole*, nº 20, p. 57-79, 2º sem. 2008.

SANTOS, M.; et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R.. *Brasil século XXI por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2008.

Bibliografia Complementar

ABRÚCIO, F. L., SOARES, M.. *Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Série Pesquisas nº 24, 2001.

CARDOSO, E. D., ZVEIBIL, V. Z. (orgs.). *Gestão metropolitana: experiências e novas perspectivas*. Rio de Janeiro: IBAM, 1996. p. 131-149.

COSTA, G.M. e MENDONÇA J. G. (Org). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

DEÁK, C.. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. *Espaço e Debates* (28), 1989.

MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaços e Debates* (6), Jul/set 1982.

RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000. p. 525-551.

RIBEIRO, L. C. Q., CARDOSO, A. L. (orgs.). *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Renavam: FASE, 2003. p. 53-70.

SANTOS, M.. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC.

SANTOS, M.. SILVEIRA, M. L.. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record.

SCARLATO, F. C. (1995). População e Urbanização Brasileira. In ROSSI, J. L. S. (org.) *Geografia do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Déak, C. e Schiffer, S. R. (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.

IBGE. *Regiões de Influência das Cidades - 2007*. Rio de Janeiro, 2008. 201p.

IPEA; IBGE; UNICAMP. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana*. Brasília: IPEA, 2001.

CS32XX MODELOS ECONÔMICOS E ANÁLISE DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS (4-0-4)

Objetivo: 1. Introduzir os limites e potencialidades associados à utilização de modelos econômicos na análise do território; 2. Apresentar exemplos de modelos usados na análise econômica das dinâmicas territoriais; 3. Analisar a utilização de modelos na elaboração, monitoramento e avaliação de projetos, programas e políticas voltadas para o desenvolvimento territorial (regional/metropolitano/urbano/rural).

Programa: 1. Conceitos de modelagem; 2. Limites e potencialidades de modelos na análise das dinâmicas territoriais; 3. Exemplo 1 – A economia de bem estar social e a análise custo-benefício; 4. Exemplo 2 - A economia urbana e o modelo da base de exportação; 5. O Modelo Lowry e a projeção do uso e da ocupação do solo no território urbano e regional 6. Modelos de insumo – produto 7. Modelos de fluxo de caixa descontado do mercado imobiliário e da política urbano-regional; 9. Perspectivas: modelos econômicos e a elaboração, execução e avaliação de projetos, programas e políticas territoriais.

Bibliografia básica

CARTWRIGHT, T.J. (1993). *Modeling the world in a spreadsheet*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press.

BENDAVID VAL, A. (1991). *Regional and Local Economic Analysis for Practicioners* (4th edition). Westport, Connecticut, London. Praeger.

KLOSTERMAN, R.E., BRAIL, R.K. and BOSSARD, Earl G. (1993). *Spreadsheet models for urban and regional analysis*. New Brunswick: Rutgers, The State University of New Jersey.

Bibliografia complementar

Apostilas distribuídas em sala de aula.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CS3105 INTRODUÇÃO A ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2-2-4)

Objetivo: Introduzir os alunos aos princípios básicos da análise custo-benefício de projetos, programas e políticas, incluindo as discussões relativas às análises de impacto regulatório (AIR). Refletir sobre os limites e potencialidades na utilização da análise custo-benefício, com ênfase nos projetos, programas e políticas voltadas para o desenvolvimento territorial.

Programa: Conceito de avaliação de projetos, programas e políticas. Análise custo-benefício versus outros métodos de avaliação: limites, possibilidades e críticas. Escassez, escolhas e custos de oportunidade. Tempo, dinheiro e juros. Elaboração de fluxo de caixa. Métodos de avaliação: *pay-back*, taxa interna de retorno e valor presente líquido. Aplicação da análise custo-benefício na elaboração, execução e avaliação de projetos, programas e políticas de desenvolvimento territorial. Modelos de fluxo de caixa descontado e avaliação de programas e políticas territoriais. Análise financeira versus econômica. Ampliação do modelo simples – ativos intangíveis, impactos indiretos e questões distributivas. Análise de Impacto Regulatório; limites e possibilidades de seu uso para a tomada de decisões; críticas, métodos alternativos e complementares.

Bibliografia básica

Apostilas usadas em sala de aula.

BACHA, E.L. e outros (1971) Análise governamental de projetos de investimentos no Brasil: procedimentos e recomendações. Rio INPES/IPEA.

LITTLE, I.M.D. e J.A. MIRRLEES (1975). Manual de Análise de projetos industriais. São Paulo: Atlas.

MISHAN, E. J. *Elementos da análise de custos-benefícios*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1975.

SALGADO, Lucia Helena; BORGES, Eduardo Bizzo de Pinho. Análise de Impacto Regulatório: Uma Abordagem Exploratória. IPEA, Brasília, 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=3180

Bibliografia complementar:

BELLI, P., ANDERSON, J. R., BARNUM, H.N, Dixon, J. A., Tan, J-P. (2001). *Economic Analysis of Investment Operations. Analytical Tools and Practical Applications*, Washington: WBI, Banco Mundial.

BRENT, R.J. (1996). *Applied cost-benefit analysis*, Cheltenham (RU): Edward Elgar.

CONTADOR, C.R. (1988). *Avaliação social de projetos*. São Paulo: Editora Atlas.

UNIDO United Nations Industrial Development Organization. (1995). *Guidelines for project evaluation*. New York: United Nations.

CS3106 INSTITUIÇÕES JUDICIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS (4-0-4)

Objetivo:

Discutir como as ações e decisões de diferentes instituições judiciais – Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais de Justiça, Ministério Público e outros – podem afetar as políticas públicas em suas diferentes fases. A disciplina buscará a literatura comparada, mas destacará o caso brasileiro e o papel exercido pelas instituições judiciais no pós Constituição de 1988.

Programa:

Instituições judiciais; Ciclo de políticas públicas; Constitucionalismo e democracia; Judicialização da política e das relações sociais; Democracia contemporânea.

Bibliografia básica

ARANTES, R. (2002). Ministério Público e Política no Brasil. São Paulo, Sumaré/Educ.

ELSTER, J. e SLAGSTAD, R. (org.). Constitucionalismo e Democracia. Fondo de Cultura Econômica, 2001

GARAPON, Antonie. (1998). O guardador de promessas: justiça e democracia. Lisboa, Piaget.

TATE, C. N. e VALLINDER, T. (1995). The Global Expansion of Judicial Power. New York, New York, University Press.

TAYLOR, M. M. (2008). Judging Policy: Courts and Policy Reform in Democratic Brazil. 1. ed. Stanford: Stanford University Press.

VIANNA, L. W. (e outros). (1999). *A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.

Bibliografia complementar

AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). Sistema político brasileiro: Uma introdução. São Paulo, Unesp. 2ª Ed. 2007.

COUTO, C. G e ARANTES, R. (2006). Constituição, governo e democracia no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, n. 61.

LIJPHART, Arendt. (2003). Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MADISON, James (et alli). (1993). Os artigos federalistas: 1787-1788. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MONTESQUIEU, Barão de. (1973). O Espírito das leis. São Paulo, 1ª edição, Ed. Abril.

TAYLOR, M. (2007). O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. *Dados*, v. 50, n. 2, pp. 229-257.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (1998) *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo, Martins Fontes.

TSEBELIS, G. *Atores com Poder de Veto*. São Paulo, Ed. FGV, 2009.

CS3107 ORÇAMENTO E POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA (4-0-4)

Objetivo: Propiciar ao aluno o conhecimento das Contas Públicas no Brasil e do processo de alocação de recursos fiscais no país, fonte essencial para o financiamento da larga maioria das políticas públicas.

Programa: Receitas e despesas: as bases materiais do Estado; as Contas Públicas no Brasil: o Código de Contabilidade Pública; a Lei 4.320/64; o Orçamento Público na CF 88; Executivo, Legislativo e o processo legislativo-orçamentário; políticas públicas e política orçamentária; o controle interno e o controle externo; o SIAFI; o papel dos Tribunais de Contas. Transferências constitucionais. Processos orçamentários nos diferentes níveis federativos.

Bibliografia básica

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. Política orçamentária no presidencialismo de coalizão. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GIACOMINI, J. Orçamento público. Atlas, 2007.

PISCITELLI, R. B. e TIMPO, M. Z. F. Contabilidade Pública. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar

CASTARDO, H. F. Tribunal de Contas. Millenium Editora, 2007.

MOREIRA, B. R. Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público. Juruá, 2008.

RESENDE, F. e CUNHA, A. O orçamento público e a transição do poder. São Paulo: FGV, 2003.

ROCHA, A. S. C. O Congresso Nacional no processo orçamentário pós-constituente. Recuperando o 'poder sobre as finanças'?. Dissertação de Mestrado. FFLCh-USP, 1996.

SICSÚ, J. (org.). Arrecadação e gastos públicos. De onde vêm? Para onde vão? Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

CS3108 REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS NO CONTEXTO BRASILEIRO (4-0-4)

Objetivo:

O objetivo do curso é dar aos alunos noções sobre o papel regulatório do Estado nas economias modernas, compreendendo a base teórica e histórica da regulação e as formas e modelos de ação regulatória do poder público. Será dada ênfase especial ao modelo regulatório brasileiro e às agências reguladoras.

Programa:

Economia de mercado, sociedade e regulação; Tipos e teorias da regulação; O modelo atual de Estado regulador; O papel da regulação para o desenvolvimento econômico e social; Dilemas de autonomia e controle dos reguladores; As formas institucionais de regulação e o modelo de agências reguladoras; Agências reguladoras no Brasil; Regulação no federalismo brasileiro; Desafios atuais da regulação no Brasil.

Bibliografia básica

BRASIL. Presidência da República. *Análise e Avaliação do Papel das Agências Reguladoras no Atual Arranjo Institucional Brasileiro: Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial*. Brasília, setembro 2003.

PACHECO, Regina Silvia. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. *Rev. Adm. Pública*, 40(4), 2006, pp. 523-543. <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n4/31594.pdf>>

NUNES, E.; NOGUEIRA, A. M.; COSTA, C. C.; ANDRADE, H. V.; RIBEIRO, L. M. *Agências reguladoras e Reforma do Estado no Brasil: inovação e continuidade no sistema político-institucional*. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2007.

PÓ, Marcos V; ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e *accountability* das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. *RAP – Revista de Administração Pública*, 40 (4), pp 679-698, Jul/Ago 2006. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n4/31601.pdf>>

OCDE. *Relatório sobre a Reforma Regulatória – Brasil: Fortalecendo a governança para o crescimento*. 2007.

<http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/casa_civil/publicacoes/ocde_portugues.pdf>

Bibliografia complementar

MELO, Marcus André. A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, no. 46, junho 2001.

MAJONE, Giandomenico. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e conseqüências de mudanças no modo de governança. *Revista do Serviço Público*, v. 50, n. 1, p. 5-36, 1999.

LEVY, Brian; SPILLER, Pablo T. The Institutional Foundations of Regulatory Commitment: A Comparative Analysis of Telecommunications Regulation. *Journal of Law, Economics, & Organization*, 10(2), Oct., 1994, pp. 201-246.

POLÍTICAS SETORIAIS

CS3109 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO, ETNIA E GERAÇÃO (4-0-4)

Objetivo: Apresentar um panorama de políticas públicas sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual, relações étnicas e intergeracionais, estudando o cruzamento das categorias gênero, etnia, geração e classe no desenvolvimento de políticas públicas. Problematizar concepções universais de sujeito subjacentes às políticas públicas.

Programa: Concepções de diferença, diversidade, desigualdade, alteridade e identidade, etnocentrismo, estereótipo, preconceito, racismo, sexismo; discriminações; construções do conceito de gênero e a apropriação cultural da diferença sexual; sexualidade, sociedade e política; corpo, sexualidade, etnia e geração; construções de identidades étnicas, de gênero, sexuais e de geração; diferenças de gênero, etnia e geração na organização social e econômica da vida pública e da vida privada; diferenças e desigualdades no trabalho, na educação e na participação política: especificidades das desigualdades de gênero, étnicas e geracionais no contexto das desigualdades em escala local, nacional e global; movimentos feministas, LGBTs, étnicos e geracionais (juventude e “terceira idade”) e as lutas sociais por políticas de reparação e promoção de igualdade; problematização das concepções universais de sujeito, direitos, democracia, igualdade, cidadania e políticas públicas; políticas públicas de combate às discriminações e violências de gênero, étnica e geracional; políticas públicas sobre direitos sexuais e reprodutivos e de reconhecimento da diversidade sexual; políticas públicas afirmativas e de cotas e de reconhecimento da diversidade étnica; políticas públicas e o reconhecimento da diversidade geracional e das relações intergeracionais; cruzamento ou não das categorias gênero, etnia, geração e classe no desenvolvimento de políticas públicas; políticas públicas de gênero, etnia e geração na região do ABC paulista.

Bibliografia Básica

- BARROS, Myriam Lins de (org.) Velhice ou terceira idade? 4ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASHMORE, Ellis. Dicionário das relações étnicas e raciais. São Paulo: Summus, 2000.
- FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (orgs.) Corpo, gênero e sexualidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Crítica da imagem eurocêntrica. Multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Bibliografia complementar

- CARVALHO, José Jorge. Inclusão étnica e racial no Brasil – a questão das cotas no Ensino Superior. São Paulo: Attar Ed. 2005.
- CHASSOT, Attico. A ciência é masculina? 2ª ed., São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2006.

- EMERSON, Renato; LOBATO, Fátima. Ações afirmativas. Políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FONSECA, Cláudia. “Ser mãe, mulher e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary (org.), História das mulheres no Brasil. 5ª. Ed., São Paulo: Contexto/Unesp, 2001. pp. 510-553.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. Vol. 1, Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GDE - GÊNERO e Diversidade na Escola. MEC/CLAM, Biblioteca Digital CLAM, 2009. Disponível em: <http://clam.org.br>
- GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.
- GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HARDING, Sandra. “Gênero, democracia e filosofia da ciência”. RECHS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan-jun, 2007, pp. 163-168.
- LAVINAS, Lena. “Gênero, cidadania e adolescência”. In: MADEIRA, F. R. (org.) Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos/Unicef, 1996. P. 11-43.
- _____. “Teoria *queer* – uma política pós-identitária para a educação”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553.
- RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista”. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. (orgs.) Masculino, feminino, plural. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998, pp. 1-17.
- SANSONE, Livio. Negritude sem etnicidade. O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador/Rio de Janeiro: EDUFBA/Pallas, 2007.
- SCHIENBINGER, L. O feminismo mudou a ciência? Bauru, SP: Edusc, 2001.
- SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. “Juventude e políticas públicas no Brasil”. Revista Brasileira de Educação, n. 24, Rio de Janeiro, set./dez., 2003, pp. 16-39.
- STEARNS, Peter N. História das relações de gênero. São Paulo: Contexto, 2007.

CS3110 POLÍTICAS CULTURAIS (4-0-4)

Objetivo: Apresentar o debate contemporâneo sobre definições do que são políticas culturais, com enfoque nas noções de cultura e de política subjacentes a algumas dessas formulações teóricas. Analisar algumas dessas políticas públicas consideradas como referentes à dimensão cultural do ponto de vista instituições, governos, grupos e sujeitos diversos.

Programa: Definições de políticas culturais; construções de conceitos de cultura e de política e os debates sobre a centralidade da noção de cultura, das políticas culturais, das indústrias culturais e dos produtos culturais no pensamento ocidental moderno/pós-moderno e na sociedade capitalista contemporânea; críticas as separações entre culturas eruditas, das elites, de massas, populares; interculturalidades, transculturações, sincretismos e hibridismos nos processos culturais; políticas, estéticas e éticas na construção das políticas culturais; sujeitos e grupos das políticas culturais na contemporaneidade; políticas públicas culturais e as esferas local, regional e nacional; políticas culturais e patrimônio histórico; políticas culturais e patrimônio natural; políticas culturais e patrimônio material e imaterial; cidadanias culturais, políticas de identidade e de diversidade cultural; políticas culturais e os discursos sobre as memórias políticas e nacionais; políticas culturais, ciência e tecnologia; políticas culturais e educacionais; políticas culturais e novas tecnologias de informação e comunicação; políticas culturais e as artes; políticas culturais, cinema e audiovisual; políticas culturais e teatro; políticas culturais e artes plásticas e visuais; políticas culturais e música; políticas culturais e cultura popular e regional; políticas culturais, indústria cultural e consumos culturais; leis de incentivo à cultura e críticas ao financiamento das políticas culturais no contexto contemporâneo; histórico e análise de algumas políticas culturais, com destaque para a região do ABC e articulação ou não dessas políticas com políticas regionais, nacionais, internacionais.

Bibliografia Básica

- BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antonio Albino Canelas (orgs.) Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos. 5ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. “Cultura política e política cultural”. Estudos Avançados. Vol. 9, n. 23, 1995, pp. 71-84.
- COELHO, Teixeira. A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2008.
- _____. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. 3ª. ed., São Paulo: Iluminuras, 2004.
- EAGLETON, Terry. A idéia de cultura. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- JAMESON, Fredric. “Cultura e capital financeiro”. In: A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 217-254.
- RANCIERE, Jacques. A partilha do sensível. Estética e política. São Paulo: Exo Experimental Org./ Ed. 34, 2005.

Bibliografia complementar

- ADORNO, Theodor. A indústria cultural e sociedade. Editora: Paz e Terra Ano: 2002.
- BHABA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- BRANT, Leonardo. Políticas culturais. Vol. 1, São Paulo: Manole, 2002.

- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2003.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.
- DOMINGUES, Diana (org.) *Arte e vida no século XXI: tecnologia, ciência e criatividade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- DURÃO, Fábio Akcelrud; ZUIN, Antônio; Vaz, Alexandre Fernandez (orgs.). *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Boitempo Ed., 2008.
- GEERTZ, Clifford. "A arte como sistema cultural". In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000. pp. 142-181.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2006.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano*. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.
- SCHULER, Fernando; SILVA, Juremir Machado (orgs.) *Metamorfoses da cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- TRIVINHO, Eugênio. *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura. Usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

CS3111 POLÍTICAS URBANAS (4-0-4)

Objetivo: A disciplina tem como objetivo conhecer e discutir as políticas urbanas no Brasil e no mundo, relacionando-as com o processo de produção e apropriação do espaço urbano no contexto do sistema capitalista. Especial ênfase deverá ser dada às políticas urbanas Brasil.

Programa: Contextualização do processo de urbanização brasileira. Planejamento urbano como campo disciplinar. O planejamento urbano no Brasil. O Estado e a produção do espaço urbano no Brasil. Práticas recentes de planejamento urbano e no Brasil. Articulação das políticas urbana, habitacional, ambiental, saneamento e de mobilidade.

Bibliografia Básica

ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In. BARREIRA, M. C. R. N., CARVALHO, Maria do Carmo B. (orgs.) *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

COSTA, G.M. e MENDONÇA J. G. (Org). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

LEFEBVRE, H.. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, E.. *Habitação e cidade*. São Paulo: Ed. Atual, 1997.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaços e Debates* (6), Jul/set 1982.

ROLNIK, R.. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

VILLAÇA, F. Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Déak, C. e Schiffer, S. R. (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.

Bibliografia Complementar

ACSELRAD, H.. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

BONDUKI, N.. *Origens da habitação social no Brasil*. Arquitetura Moderna, Lei de Inquilinato e a difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Planejamento territorial urbano e política fundiária*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 3).

BRASIL. Ministério das Cidades. *Política nacional de desenvolvimento urbano*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 1).

BRASIL. Ministério das Cidades. *Política nacional de habitação*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 4).

BRASIL. Ministério das Cidades. *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Saneamento ambiental*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Midades, n. 5).

CARDOSO, A. L., VALLE, C. L. Habitação e governança urbana: avaliação da experiência em 10 cidades brasileiras. *Cadernos Metrópole*. São Paulo: EDUC, 1999, nº 4, p. 33-63.

DEÁK, C.. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. *Espaço e Debates* (28), 1989.

HARVEY, D.. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates* n. 39, p. 48-64, 1996.

CS3112 POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA (4-0-4)

Objetivo: o curso tem como objetivo dar aos alunos uma noção ampla sobre as características gerais das políticas de infra-estrutura em termos de atores, interesses e instituições. O curso também visa apresentar e discutir as especificidades históricas, institucionais, legislativas e os desafios dos principais setores de infra-estrutura, como saneamento, eletricidade, energia, transportes e telecomunicações.

Programa: desenvolvimento histórico das políticas de infra-estrutura no Brasil: governo, burocracia e iniciativa privada; características das políticas de infra-estrutura: interesses, grupos organizados, arenas de poder; regulação e agências; atração de investimentos, riscos, *sunk costs*, contratos e desequilíbrios; legislação, instituições e desafios dos setores: energia, eletricidade, água e saneamento, transportes, telecomunicações.

Bibliografia básica

- ABRANCHES, S. H. H. (1999). Reforma regulatória: conceitos, experiências e recomendações. *Revista do Serviço Público*, ano 50, no. 2, abril/junho
- LOWI, Theodore J. (1972). Four Systems of Policy, Politics and Choice. *Public Administration Review*, 32(4), jul-aug, pp 298-310
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2000). A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública. Rio de Janeiro: OECD/BNDES. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_privatiz_ocde.html, acesso em 10/06/2009
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Relatório sobre a reforma regulatória no Brasil: fortalecendo a governança para o crescimento. Casa Civil/Presidência da República: Brasília, 2009. Disponível em www.regulacao.gov.br, acesso em 01/05/2010
- SALGADO, Lúcia Helena; FIUZA, Ricardo. (orgs). Marcos Regulatórios no Brasil: é tempo de rever as regras?. Rio de Janeiro: IPEA, 2009

Bibliografia complementar

- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. (2009). Exame da participação do setor privado na provisão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Brasil: sumário executivo. Brasília: Ministério das Cidades
- LEVY, Brian; SPILLER, Pablo T. (eds.) (1996). *Regulations, Institutions and Commitment: Comparative Studies of Telecommunications*. Cambridge, UK. Cambridge University Press
- MAJONE, Giandomenico (1999). Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e conseqüências de mudanças no modo de governança. *Revista do Serviço Público*, ano 50, no. 1, janeiro-março
- PIRES, J C L. (2000). Desafios da reestruturação do setor elétrico brasileiro. Textos para discussão 76. Rio de Janeiro, BNDES
- PÓ, Marcos V; ABRUCIO, Fernando L. (2006). Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. *RAP – Revista de Administração Pública*, 40 (4), pp 679-698, Jul/Ago. Rio de Janeiro

SCHNEIDER, Ben Ross. (1994). Burocracia pública e política industrial no Brasil. São Paulo, Sumaré. Caps. 1, 9, 10, 11

Sites:

Agência Nacional de Águas: www.ana.gov.br

Agência Nacional de Energia Elétrica: www.aneel.gov.br

Agência Nacional de Telecomunicações: www.anatel.gov.br

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis: www.anp.gov.br

Agência nacional de Transportes Terrestres: www.antt.gov.br

Agência nacional de Transportes Aquaviários: www.antaq.gov.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: www.bndes.gov.br

Empresa de Pesquisa Energética: www.epe.gov.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA: www.ipea.gov.br

Ministério das Cidades: www.cidades.gov.br

Ministério de Minas e Energia: www.mme.gov.br

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: www.mdic.gov.br

Ministério dos Transportes: www.transportes.gov.br

Universidade Federal do ABC
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

EMENTAS DAS DISCIPLINAS ELETIVAS LIVRES OFERECIDAS PELO BPP.....36 CRÉDITOS/432 h

As disciplinas abaixo mencionadas e as do final deste catálogo, de outros cursos da UFABC, podem ser consideradas disciplinas eletivas livres para o curso BPP.

- CS4101 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS
- CS4102 ANÁLISE SOCIAL DA FAMÍLIA E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
- CS4103 ARTE, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E POLÍTICA
- CS4104 CIÊNCIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE
- CS4105 DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS DO ABC PAULISTA
- CS4106 DIVERSIDADE CULTURAL, CONHECIMENTO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS
- CS4107 ECONOMIA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
- CS4108 ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO
- CS4109 ELEMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA
- CS4110 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E MODELOS INSTITUCIONAIS
- CS4111 FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS E DO SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL
- CS4112 FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL
- CS4113 FORMAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL
- CS4114 GESTÃO DE PROJETOS CULTURAIS
- CS4115 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL
- CS4116 INSTITUIÇÕES POLÍTICAS, REGULAÇÃO E GOVERNANÇA NA ÁREA ENERGÉTICA
- CS4117 INTRODUÇÃO À PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA
- CS4118 MEMÓRIA, IDENTIDADES SOCIAIS E CIDADANIA NAS SOCIEDADES COMPLEXAS CONTEMPORÂNEAS
- CS4119 MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS
- CS4120 MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS
- CS4121 MOVIMENTOS SINDICAIS, SOCIAIS E CULTURAIS
- CS4122 PERSPECTIVA DE ANÁLISE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
- CS4123 TECNOLOGIAS SOCIAIS
- CS4124 TERRORISMO, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
- CS4125 UNIVERSO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL

CS4101 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS (4-0-4)

Objetivo: Entender processo de produção do espaço como produto e condição da reprodução social. Neste sentido, a compreensão e análise deste processo fornece instrumentos diagnósticos e referenciais para elaboração e implantação de políticas públicas.

Programa: O espaço como produto e condição da reprodução social. O espaço urbano contemporâneo: segregação, fragmentação e hierarquização. As especificidades do espaço urbano em países periféricos: a segregação como parte do processo de produção do urbano. Políticas públicas urbanas: seus impasses e limites na superação de um espaço urbano periférico.

Bibliografia básica

- CARLOS, A. F. A. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo, SP, Edusp, 1994.
FIX, M. Parceiros da Exclusão, São Paulo, SP, Ed. Boitempo, 2001.
LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte, MG, Editora UFMG, 2004.
SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 5ª edição, São Paulo, SP, Edusp, 2004.

Bibliografia complementar

- MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, SP, Hucitec, 1996.
RIBEIRO, F. V. As contradições das políticas de urbanização de favelas. Revista de Economia Política e História Econômica. São Paulo, SP, 2008, nº 14, p.40-68.
RIBEIRO, L.C.Q. Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo. Rio do Janeiro. Ed. FASE, 2004
DAVIS, M. Planeta Favela, São Paulo, SP, Boitempo Editorial, 2006.
RIZEK, C.S. e BARROS, J.S. Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades, Belo Horizonte, MG, Edusp, Ed. PUC Campinas, 2006.

CS4102 ANÁLISE SOCIAL DA FAMÍLIA E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (4-0-4)

Objetivo: Compreender os valores e a constituição familiares para a implementação de políticas públicas que interfiram na dinâmica dessa instituição social.

Programa: Conceito de família; dinâmica familiar; as várias constituições familiares; laços de parentesco e relações sociais; famílias de camadas populares, camadas médias e classes abastadas; a idéia de casamento; direitos e deveres do casal; ascendência, regras de descendência e filiação; reprodução biológica e social; relações e papéis de gênero; divisão sexual do trabalho; hierarquia de gênero; programas sociais para famílias; políticas públicas de atenção à família: programa de saúde da família; programas de complementação de renda; programas de saúde da mulher; programas de combate à violência doméstica; programas de geração de emprego e renda; programas de educação; formulação de indicadores de acompanhamentos de políticas públicas para a família.

Bibliografia básica

ACOSTA, A.R. & VITALE, M.A. F. (orgs). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, IEE/PUC, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. Rev. Saúde Pública [online]. 1991, vol.25, n.3, pp. 233-238. ISSN 0034-8910

SERAPIONI, Mauro. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 10, Rio de Janeiro, 2005.

Bibliografia complementar

FARAH, Marta. Gênero e Políticas Públicas. Revista Estudos Feministas, vol. 12, n.1, Florianópolis, Jan/abril, 2004.

Carvalho, M.C. A priorização da família na agenda da política social, pp. 93-108. In SM Kaloustian (org.). Família brasileira a base de tudo. Unicef-Cortez, Brasília-São Paulo, 1998.

Vaitsman, J. Dimensões sobre família e gênero no Brasil. RASPP – Revista Associação Pública Piauí 2(1): 63-70, jan-jun, 1999.

SAMARA, Eni de Mesquita. O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade. Psicol. USP [online]. 2002, vol.13, n.2, pp. 27-48. ISSN 0103-6564.

Almeida, A. M. (Org.). Pensando a família no Brasil: Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.

CS4103 ARTE, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E POLÍTICA (4-0-4)

Objetivo: Estudar como as artes são produzidas em interface direta com as ciências, e em ligação estreita com novas tecnologias, sobretudo as de informação e comunicação. Conhecer como arte, ciência e tecnologia configuram os processos de produção e consumo, as relações de poder e as estratégias de controle e políticas públicas vigentes na sociedade contemporânea.

Programa: Concepções de relações entre arte, ciência e tecnologia no contexto contemporâneo; ligação entre estética e política; novas tecnologias de informação e comunicação; cultura política virtual, musical, visual e audiovisual; convergência de linguagens, cultura digital, hibridismos, percepções e realidades mistas; políticas, éticas e estéticas tecnológicas; simulacros, simulações, mídias e política; estudos de *performance* e política; corpo, política, arte, ciência e tecnologias; transformações cognitivas, relações de poder, estratégias de controle e políticas públicas.

Bibliografia básica

- BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- _____. Tela total: mito-ironias do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- DOMINGUES, Diana (org.) A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: Unesp, 1997.
- _____. O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- GRAU, Oliver. Arte virtual: da ilusão à imersão. São Paulo: Unesp/Senac, 2007.
- GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed 34, 1992.
- LEÃO, Lucia (org.) O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias. São Paulo: Senac, 2005.
- SANTAELLA, Lucia; ARANTES, Priscila (orgs.) Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir. São Paulo: Educ, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Exo Experimental Org./ Ed. 34, 2005.

Bibliografia complementar

- DOMINGUES, Diana (org.). Arte, ciência e tecnologia: passado, presente e desafios. São Paulo: Unesp, 2009.
- _____. Arte e vida no século XXI: tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: Unesp, 2003.
- FLUSSER, Vilém. O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade. São Paulo: Anna Blume, 2008.
- DERRIDA, Jacques. Papel-máquina. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- MACHADO, Roberto. Deleuze, a arte e a filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CS4104 CIÊNCIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE (4-0-4)

Objetivo: Estudo de concepções, processos e grupos sociais que, entre o final do século XIX e meados do XX, procuraram articular ideais, práticas e instituições fundamentadas em premissas de “modernização e civilidade” como projeto de reconfiguração da sociedade brasileira. A disciplina apresenta o debate em torno de questões raciais e de interrogações acerca da identidade nacional que se articularam a intervenções no campo político e social. Procura compreender de que modo o trinômio ciência-saúde-educação foi articulado como plataforma de oposição à díade doença-ignorância e apresentado como signo de modernidade e condição inequívoca de inserção do país em patamares considerados civilizados

Programa: FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. RJ/Brasília: José Olympio/Instituto Nacional do Livro (INL), 1974, 536p.

Bibliografia básica

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. RJ: José Olympio, 1988
LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*, Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999
SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. RJ: Paz e Terra, 1976, 332p.

Bibliografia complementar

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. RJ/Brasília: José Olympio/INL, 1974
OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000
ORTIZ, Renato José Pinto. "Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX" e "Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional" in *idem. Cultura brasileira e identidade nacional*. SP: Brasiliense, 1994
SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930)*. SP: Companhia Das Letras, 1993
SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. SP: Cia das Letras, 2001

CS4105 DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS DO ABC PAULISTA (4-0-4)

Objetivo: Discutir o papel da região do ABC no contexto da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e nacional. Compreender o processo de estruturação espacial do ABC Paulista, avaliando os processos econômicos, políticos e sociais de ordem geral, bem como as particularidades históricas e especificidades dos recursos ambientais. Identificar e analisar as dinâmicas sócio-espaciais de reestruturação da região no momento atual.

Programa: Momentos iniciais da estruturação do ABC Paulista: o subúrbio. Industrialização e urbanização: primeiros núcleos industriais, mobilidade intra-regional. Industrialização e urbanização pós década de 1950: diversificação do parque industrial; migrações e expansão urbana: a produção da periferia. Crise dos anos 1970, reestruturação produtiva e novas dinâmicas econômicas e sociais do ABC.

Bibliografia básica

- KLINK, J. J. A cidade – região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARTINS, J.S.. Subúrbio. São Caetano do Sul, SP, Ed.Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano, 1992.
- SANTOS, M. MetrÓpole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo. São Paulo, SP, Ed. Nobel, 1992
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

Bibliografia complementar:

- ALVAREZ, I.A.P. A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatehy, São Paulo, Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2008.
Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11092009-164530/>
- CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U.O. (orgs) Geografias das metrópoles, São Paulo, SP, Ed. Contexto, 2006.
- LANGENBUCH, J. R. A estruturação da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.
- _____. Depoimento, In: Revista Espaço e Debates – Periferia Revisitada, nº 42, São Paulo: ano XVII, 2001, p.85-91
- SHIFFER, S. Globalização e estrutura urbana. São Paulo, SP, Hucitec/ FAPESP, 2004

CS4106 DIVERSIDADE CULTURAL, CONHECIMENTO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS (4-0-4)

Objetivo: Elaborar, a partir do repertório cultural particular dos diferentes e diversos grupos sociais, plano de aplicação de políticas públicas que se utilize do conhecimento local da população e faça sentido para esta.

Programa: conceitos de cultura; o significado do *ethos* cultural das comunidades locais; diversidade cultural, conhecimento local e visão de mundo dos diferentes grupos sociais; relações interculturais entre o agente de políticas públicas e a população local; relativismo cultural e direitos humanos: uma tensão a ser compreendida para a elaboração de políticas públicas; a noção de choque cultural; identidade social e cultural e valores culturais; a proteção da diversidade cultural como política pública; linguagens culturais e o implemento de políticas públicas; patrimônio imaterial e aplicação de políticas públicas; políticas públicas para populações indígenas; políticas públicas voltadas para saúde e relações de gênero; políticas públicas e *ethos* e pluralismo religioso; políticas públicas e velhice; políticas públicas e infância; imigração, migração e políticas públicas; desenraizamento, estratégias de pertencimento e afirmação da identidade; códigos sociais, violência como linguagem e o papel das políticas públicas; multiculturalismo e educação.

Bibliografia básica

- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Vozes, 1997.
CUCHE, Denny. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

Bibliografia Complementar

- FEATHERSTONE, M. O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1997.
HALL, S. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
GONÇALVES, L.A.O.; SILVA, P.B.G. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos. São Paulo: Peirópolis, 2005.
MARTINS, S. da Silva. "Ação Afirmativa e Desigualdades Raciais no Brasil". Estudos Feministas, vol. 4, nº 1, pp. 202-208, 1996.
SCHWARCZ, Lilia M. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
SEYFERTH, Giralda. "Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização", in M. C. Maio e R. V. Santos (orgs.), Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz e Centro Cultural Banco do Brasil, pp. 41-58, 1996.
SOUZA, Jessé (org.). Multi-Culturalismo e Racismo: Uma Comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília, Ed. Paralelo 15, 1997.

CS4107 ECONOMIA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (4-0-4)

Objetivo: Analisar as principais abordagens econômicas relacionadas ao processo de inovação tecnológica, destacando como as diferentes interpretações oferecem suporte à formulação de políticas públicas em CTI.

Programa: As diferentes abordagens econômicas do progresso técnico. Inovação e teorias da firma. Concorrência schumpeteriana. Os principais elementos da abordagem neo-schumpeteriana: regimes, paradigmas e trajetórias tecnológicas, sistemas de inovação e aprendizado tecnológico. O processo de difusão tecnológica e as escolhas tecnológicas. Formas de aquisição e transferência do conhecimento. Formas de apropriabilidade do esforço inovativo.

Bibliografia básica

PELAEZ, V. & SZMRECSÁNYI, T. (orgs.) *Economia da Inovação Tecnológica*. São Paulo, Editora Hucitec, 2006.

AROCENA, R. & SUTZ, J. Conhecimento, inovação e aprendizado: sistemas e políticas no norte e no sul. In: LASTRES, H. et al. (org). *Conhecimento, Sistemas de inovação e desenvolvimento*. UFRJ/Contraponto, Rio de Janeiro, 2005.

DOSI, G. *Mudança técnica e transformação industrial*. Editora da Unicamp. Campinas, São Paulo, 2006. (cap. 2)

TEECE, D. As aptidões das empresas e o desenvolvimento econômico: implicações para as economias de industrialização recente. In KIM, L. & NELSON, R. (orgs.) *Tecnologia, Aprendizado e Inovação – as experiências das economias de industrialização recente*. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2005, cap. 4.

TIGRE, P. Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma. *Revista Brasileira de Inovação*, 2005, vol 4, num. 1, pp. 187-224.

Bibliografia complementar

LASTRES, H. M. M. Globalização, informação e conhecimento na nova ordem mundial. *Informare*, vol. 3, n. 1-2, Rio de Janeiro: PPCI/IBICT, 1997.

NELSON, R. *As fontes do crescimento econômico*. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2006. (caps. 2 e 3)

ROSENBERG, N. *Por dentro da caixa preta – tecnologia e economia*. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2006. (cap. 5)

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (cap.7 e 8)

SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Abril Cultural, São Paulo, 1982. (caps. 1 e 2)

CS4108 ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO (4-0-4)

Objetivo: Apresentar políticas públicas que definem objetivos e ações em torno de concepções de desenvolvimento sustentável, economia solidária, associativismo e cooperativismo, com foco na multiplicidade de perspectivas teóricas, de metodologias, de demandas e de sujeitos e grupos que estão envolvidos nelas no contexto contemporâneo.

Programa: Concepções de desenvolvimento sustentável e as críticas aos modelos de desenvolvimento capitalista nas sociedades modernas; concepções de desenvolvimento local e regional; desenvolvimento sustentável, questões ambientais e sociais; concepções de economia solidária e economia social; concepções de associativismo e cooperativismo; histórias do associativismo e do cooperativismo e suas ligações com os movimentos de trabalhadores, sindicais e sociais; resistências, críticas à globalização e às políticas econômicas neoliberais e as redes de economia solidária e social; transformações no mundo do trabalho: desregulamentação, desemprego, reestruturação produtiva e os impactos nas formas de organização do trabalho e dos trabalhadores; contradições e ambigüidades nas políticas públicas voltadas ao mundo do trabalho: legitimação e questionamento das políticas de geração de emprego e renda e combate à pobreza; políticas públicas de economia solidária, economia social, associativismo e cooperativismo na região do ABC paulista, no Brasil e em outros países.

Bibliografia Básica

- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública. São Paulo: Cortez, 2007.
- FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.
- GAIGER, Luiz; CATTANI, David; LAVILLE, Jean-Louis. Dicionário internacional da outra economia. Lisboa: Almedina, 2009.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, Wolfgang (org.). Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Bibliografia complementar

- ALVES, Giovanni. O novo (e o precário) mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a negação e a afirmação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BECKER, Bertha K.; BUARQUE, Cristovam; SACHS, Ignacy. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DEMOUSTIER, Danièle. A economia social e solidária: um novo modo de empreendimento associativo. São Paulo: Loyola, 2006.
- DOWBOR, Ladislau. Redes de apoio ao empreendedorismo e tecnologias sociais. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración

- Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct. 2005. Disponível em: <http://www.iiij.derecho.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20X/documentos/dowbor.pdf> Acesso em: 08/10/2009.
- GAIGER, Luiz Inácio (org.) Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Ed. UFRGS, 2004.
- GUERIN, Isabelle. As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.
- LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.
- PINTO, João Roberto Lopes. Economia solidária: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.
- ROUILLÉ d'ORFEUIL, Henri. Economia cidadã: alternativas ao neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento inconcludente, sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- _____. "Economia solidária: entrevista com Paul Singer". Estudos Avançados. vol.22 no. 62 São Paulo Jan./Apr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci_arttext&tlng=en Acesso em: 08/10/2009.
- VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse? Autores Associados, 2008.

CS4109 ELEMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA (4-0-4)

Objetivo: A teoria e o estudo da Ciência Política contribuem para a identificação dos mecanismos sociais, culturais e políticos responsáveis pela construção e reprodução das instituições que regem a vida em sociedade, em especial daquelas instituições que estruturam o Estado.

Programa: Política: o domínio da coexistência humana; o público e o privado: Estado e Sociedade; o conceito de sistema político; “demos”: o problema da inclusão. Estado: natureza e elementos constitutivos: território, povo e instituições; soberania, *imperium* e *dominium*. Estado e Pensamento Político: Maquiavel e a separação entre moral e política; o contratualismo: Hobbes, Locke e Rousseau; o materialismo histórico: as lutas de classe e o Estado burguês, de Marx a Lênin; o anarquismo e a ausência de Estado: a idéia da auto-gestão. Estado europeu: gênese e trajetória de uma forma de organização do poder; As Monarquias Absolutistas: a unificação do poder e o conceito de soberania; a razão de Estado; burocracia, exército nacional e despotismo esclarecido; As revoluções liberais: Constituição e constitucionalismo: a limitação dos poderes do Estado; o princípio da separação de poderes; o federalismo; Estado de Direito: legalidade e o governo das leis: “rule of law”, *Rechtsstaat*, império da lei; Cidadania: o indivíduo em face do Estado: a evolução dos direitos civis, políticos e sociais; Estado Democrático: legitimidade e soberania popular; o governo pelo consentimento; a centralidade das eleições. Democracias: o modelo grego e o governo representativo moderno; Voto e “demos”: eleições e seleção dos governantes; Sistemas Eleitorais: os princípios majoritário e proporcional: características, vantagens e desvantagens; Partidos Políticos: a representação de interesses; a função governativa; a organização interna das agremiações: os dirigentes e os quadros partidários; Sistemas Partidários: a competição política; a lei de Duverger; determinantes e tipologias dos sistemas de partidos; Processo Governativo: Executivo, Legislativo e produção de leis; Sistemas de Governo (I): o Parlamentarismo; fusão de poderes e a dinâmica das coalizões; Sistemas de Governo (II): o Presidencialismo: separação de poderes e os conflitos institucionais; Regimes Políticos: a tipologia de Aristóteles: as modernas classificações; poliarquias e as “democracias realmente existentes”.

Bibliografia básica

- BONAVIDES, P. Ciência Política. 10ª. edição. São Paulo: Malheiros, 1999.
BOBBIO, N. (org.) Dicionário da Política. Brasília: UnB, 1999.
_____. Teoria Geral da Política. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
CHATELET, F. DUHAMEL, O. e PISIER-KOUCHNER, E. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Bibliografia complementar

- ANDERSON, P. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
BOBBIO, N. A teoria das formas de governo. Brasília: UnB, 1994.
DUVERGER, M. Os partidos políticos. 5ª. edição. Brasília: UnB, 1980.
ELIAS, N. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
POGGI, G. O Estado Moderno. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
LIMA Jr, O. B. Instituições políticas democráticas. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
SARTORI, G. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
_____. A Teoria da Democracia Revisitada. São Paulo: Ática, 1994, 2 vol.

_____. Engenharia constitucional. Brasília: UnB, 1996.
WEFFORT, F. Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 2000. 2 vol.

CS4110 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E MODELOS INSTITUCIONAIS (4-0-4)

Objetivo: Fornecer ao estudante uma visão de conjunto do processo de implantação do ensino superior no Brasil por meio da análise dos percursos históricos e dos modelos institucionais que subsidiaram a criação de instituições de ensino e pesquisa consideradas como referência no país. Apresentar os parâmetros que definem como modelo uma dada instituição ou trajetória institucional e elucidar os mecanismos que conformam tal caracterização. Pretende, desse modo, trazer para o debate a complexidade das relações sociais e dos atores envolvidos na implantação e consolidação de experiências consideradas como referência para o ensino superior no Brasil.

Programa: A constituição das universidades medievais. A universidade moderna: ensino, pesquisa, laboratório e institutos especializados. O ensino superior no Brasil no século XIX: intercâmbios institucionais e circulação de saberes. A formação jurídica, o ensino de medicina, as escolas politécnicas. A aplicação da ciência: mineralogia, microbiologia, genética. As universidades no século XX: o ensino profissional, a pesquisa científica, e a configuração da comunidade científica. A formação de um sistema de ensino superior no Brasil. A constituição da pós-graduação. O dilema do ensino público *versus* ensino privado.

Bibliografia básica

ABREU, Sérgio França de Adorno. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. apres. por Célia Galvão Quirino. orelha por Paulo Sérgio Pinheiro. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1988, 268p.

BENCHIMOL, Jaime L. (coord.) et alii. Manguinhos: do sonho à vida: a ciência na belle époque. apres. por Paulo Gadelha. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), 1990, 270p. illus.

CARVALHO, José Murilo de. A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória, São Paulo: Cia Editora Nacional/Finep, 1978

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. A universidade crítica: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1983

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. A universidade temporária: da colônia à era de Vargas. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986

Bibliografia complementar

FERREIRA, Antonio Celso, LUCA, Tania Regina de e IOKOI, Zilda Gricoli. Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Unesp/Fapesp/ANPUH, 1999

MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934 - 1952). Campinas/Bragança Paulista/SP, Autores Associados/EDUSF/FAPESP, 2001

MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. Elites em negociação: breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo: 1916 - 1931. Bragança Paulista, EDUSF, 2003

MENDONÇA, Ana Waleska. Anísio Teixeira e a Universidade de Educação. pref. por Ilmar Rohloff de Mattos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, 188p.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org.) e outros. Política educacional: impasses e alternativas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998

PAIM, Antonio. A UDF e a idéia de universidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981, 148p. (Col. Biblioteca tempo universitário, 61)

TRINDADE, Hélió (org.). Universidade em ruínas na república dos professores, Petrópolis: Vozes, 1999

CS4111 FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS E DO SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL(4-0-4)

Objetivo: Analisar como se constituíram os processos de formação e institucionalização das políticas e do sistema de Saúde no Brasil. A disciplina pretende acompanhar como se expressaram e se confrontaram as forças sociais que promoveram os debates, ações, acordos de cooperação entre outros aspectos, que presidiram a organização do sistema público de Saúde no Brasil até o advento do SUS (Sistema Único de Saúde) aprovado pela Constituição de 1988 assegurou a universalização do atendimento público e gratuito.

Programa: A Saúde e a Higiene como objeto de debate público: a insalubridade e a “questão nacional”. A descoberta dos “sertões”. A formação de uma “consciência sanitária” na Primeira República e o tema da *regeneração*. A Reforma Sanitária dos anos 1920”. A ação da Fundação Rockefeller e o “modelo campanhista”. A criação do Ministério Educação e Saúde. A diversificação do sistema: formação da tecnocracia e dos departamentos especializados. O entrelaçamento do sistema previdenciário. A privatização do sistema. As Conferencias Nacionais e o novo sanitarismo. A ação dos movimentos sociais e a criação do SUS.

Bibliografia básica

BRAGA, José Carlos de Souza e PAULA, Sérgio Góes. Saúde e Previdência: estudos de política social. São Paulo: CEBES/Hucitec, 1981

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (orgs), Políticas Públicas no Brasil, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007

LIMA, Nísia Trindade; GERSCHMAN, Silvia; EDLER, Flavio Coelho e SUÁREZ, Julio Manuel, Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS. RJ: Fiocruz, 2005

Bibliografia complementar

OLIVEIRA, Jaime Antônio de Araújo e TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury.

(Im)Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1986

CS4112 FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL (4-0-4)

Objetivo: Analisar como o tema da Educação se tornou objeto de interesse público na trajetória da sociedade brasileira. A disciplina pretende apontar como se constituíram os processos de formação e institucionalização do sistema e das políticas e educacionais no Brasil. Deverá, portanto, acompanhar como se conformaram, se expressaram e se confrontaram as forças sociais que promoveram movimentos, debates e ações das quais resultaram a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que assegurou a universalização do ensino público, laico e gratuito.

Programa: O *locus* social da educação no período colonial: leitura, livros e circulação de saberes na América Portuguesa. A ação dos Jesuítas. A Independência e o movimento da Ilustração. As ações imperiais e a “re-europeização do Brasil”. Os intelectuais e o debate público: a educação e a “questão nacional”. O movimento *escolanovista* e sua difusão nacional. As Conferências Nacionais de Educação e a ação do movimento católico. A criação do Ministério da Educação e Saúde. Antecedentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (*LDB*): o debate ensino particular *versus* ensino público. A aprovação da *LDB* e a ampliação do sistema público: centralização, precariedade e contradições das políticas educacionais no Brasil.

Bibliografia básica

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4ª ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. UnB, 1963, 804p. (Col. Biblioteca básica brasileira, 4)

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Newton Sucupira e os rumos da educação superior. Brasília: Paralelo 15/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 2001, 126p. (Col. Biblioteca Anísio Teixeira, série biografias)

PAIVA, Vanilda e WARDE, Mirian Jorge (orgs.) et alii. Dilemas do ensino superior na América La tina. Campinas: Papyrus, 1994

Bibliografia complementar

BOMENY, Helena. "Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional" in Estudos Históricos. Rio de Janeiro: 6 (11): 24-39, 1993

NOVAIS, Fernando A. e SOUZA, Laura de Mello e (org). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. orelha por Bolivar Lamounier. RJ/SP: Paz e Terra/Edusp, 1984

CS4113 FORMAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL (4-0-4)

Objetivo: fornecer ao aluno elementos histórico-conceituais acerca da formação e desenvolvimento do sistema político brasileiro, evidenciando as etapas críticas desse percurso e seu legado na conformação das atuais instituições políticas do país.

Programa: A formação do Estado brasileiro: elite política e a construção da Ordem; Primeira República: sonhos liberais, realidade oligárquica; a “política dos governadores” e o coronelismo; tenentismo: os militares na política; a Era Vargas: nacionalismo, autoritarismo e desenvolvimento econômico; a CF 46 e a redemocratização; populismo, a “infância” da democracia brasileira; polarização político-ideológica: o nacional-desenvolvimentismo *versus* a UDN; o golpe de 1964; a ‘situação autoritária’: crescimento econômico e repressão; abertura política e transição; a Nova República e a Assembleia Nacional Constituinte; a Constituição-Cidadã e o novo sistema político brasileiro.

Bibliografia básica

LAMOUNIER, B. Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira. São Paulo: Augurium, 2005.
SKIMORE, T. Brasil. De Getúlio a Castello. 14ª. edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
_____. Brasil. De Castello a Tancredo. 2ª. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Bibliografia complementar

ABREU, Alzira (coord.). Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
ALVES, M. H. M. Estado e oposição no Brasil, 1964-84. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
CARVALHO, J. M. A construção da ordem. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
CARVALHO, J. M. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
FAORO, R. Os donos do poder. A formação do patronato político brasileiro. 3ª. edição. Porto Alegre: Globo, 2001.
FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.
KINZO, M. D. G. Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do PMDB. São Paulo: Vértice, 1988.
LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997
LESSA, R. A invenção republicana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
MARTINÉZ-LARA, J. Building Democracy in Brazil. The Politics of Constitutional Change, 1985-95. Londres: MacMillan Press, 1996.
SALLUM JR., B. Labirintos. Dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.
SANTOS, W. G. O cálculo do conflito. Estabilidade e crise na política brasileira. UFMG, 2003.

Documentários

BACK, S. A Revolução de 30.
CAROLINA, A. Vargas.
ESCOREL, E. Ulysses, Cidadão. 1993.
TENDLER, S. Jango.
VENTURA, T. O Velho. A história de Luiz Carlos Prestes. GNT, 1997.

CS4114 GESTÃO DE PROJETOS CULTURAIS (2-2-4)

Objetivo: Pretende-se fornecer instrumental teórico e prático para que os alunos tenham subsídios para elaboração de projetos culturais. Fomentar discussão sobre a legislação específica existente no país e direitos autorais. Refletir sobre a diversidade cultural relacionada ao desenvolvimento local, regional e nacional.

Programa: Conceito de cultura, conceito de gestão. Editais, legislação e direitos autorais. Marketing Cultural. Aproveitamentos e usos de equipamentos culturais. Análise de diferentes expressões artísticas no painel cultural contemporâneo. Políticas culturais e globalização. Etapas do projeto e público alvo. Planejamento administrativo e prestação de contas. Intercâmbios e parcerias. Ações educativas. Os impactos da cultura na transformação social. A relação entre cultura e comunicação. Utilização de laboratório multimídia: análise e comparação de imagens de peças publicitárias para divulgação de projetos culturais; produção de documentários e curtas que enfoquem a valorização da diversidade cultural brasileira.

Bibliografia Básica

- ADORNO, Theodor. A indústria cultural e sociedade. Editora: Paz e Terra Ano: 2002.
BHABA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 2004.
CESNIK, F. S.; MALAGODI, M. E. Projetos Culturais. 4 ed. São Paulo: Escrituras, 2001.
KERZNER, H. Gestão de Projetos: as Melhores Práticas. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Bibliografia complementar

- BARROS, José. Márcio. P. M. . Cultura, mudança e transformação: a diversidade cultural. In: III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, Salvador. <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/>, 2007.
BRANT, Leonardo. Mercado Cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.
CHAVES, Antônio. Criador da obra intelectual. São Paulo: LTr; 1995.
COELHO, Teixeira. A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2008.
CORÁ, Maria Amélia Jundurian; LUCAS, Angela Christina. Marketing cultural: conceituação e aplicação no estudo de caso do Banco do Brasil. VII SEMEAD, 2003.
EAGLETON, Terry. A idéia de cultura. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
GANDELMAN, Henrique. De Gutenberg a Internet: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record; 1997.
LIPSZYC, Delia. Derecho de autor y derechos conexos. Argentina: Unesco, Cerlalc, Zavalia; 1993.
GEERTZ, Clifford. "A arte como sistema cultural". In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Editora Vozes, 2000. pp. 142-181.
HOYOS, Sílvia Maria Buenaño. O desenvolvimento cultural através da formação profissional do gestor e produtor de eventos culturais. In: *Lato & Sensu*, Belém, v.5, n.1, p. 6, jun, 2004.

MUYLAERT, Roberto. Marketing Cultural & Comunicação Dirigida. São Paulo: Globo, 2000.

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da cultura e desenvolvimento. São Paulo: Manole, 2007.

THIRY-CHERQUES, H. R. Modelagem de Projetos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CS4115 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL (4-0-4)

Objetivo: Analisar a formação histórica do padrão “moderno” da agricultura. Entender a evolução deste padrão frente à atual forma de organização agrícola e agroindustrial. Debater esses temas a partir das principais teorias de modernização e desenvolvimento tecnológico na agricultura.

Programa: As origens e a consolidação do padrão produtivista. A “Revolução Verde” e a difusão internacional de tecnologias agrícolas. As atuais transformações tecnológicas, institucionais e organizacionais da pesquisa agrícola e dos principais sistemas e complexos agroindustriais. As contribuições da economia institucional e evolucionária. O atual cenário agrícola e agroindustrial brasileiro.

Bibliografia básica

BATALHA, M. O.; CHAVES, G. L. D.; SOUZA FILHO, H. M. C&T e I para a produção agropecuária brasileira: mensurando e qualificando gastos públicos. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 47, n. 1, Mar. 2009 .

BUAINAIN, A. M., SOUZA FILHO, H. M. & SILVEIRA, J. M. J. Inovação tecnológica na agricultura. In: LIMA, D. M. A. & WILKINSON, J. *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. CNPq, Brasília, 2002.

HAYAMI, Y. & RUTTAN, V. W. *Desenvolvimento agrícola, Teoria e experiências internacionais*, Ed. EMBRAPA, Brasília, 1988, 583 p.

KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A. M.; REYDON, B. P.; SILVA, J. G.; SILVEIRA, J. M. J.; FONSECA, M. G. D.; RAMOS, P.; FONSECA, R. B. & BELIK, W. “O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais.” In Delgado, G. C.; Gasques, J. G. & Villa Verde, C. M. *Agricultura e Políticas Públicas*. IPEA, Brasília, 1990, 574pp.

SALLES-FILHO, S.L.M. *A dinâmica tecnológica da agricultura: perspectivas da biotecnologia*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

Bibliografia complementar

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M.; BASTOS, E. T. Gastos públicos em agricultura: retrospectiva e prioridades. *Texto para Discussão 1225*, IPEA, Brasília, 2006.

MANTOUX, P. *A revolução industrial no século XVIII*. UNESP/Hucitec, São Paulo, 1988, 552pp (tradução da versão de 1927).

PINGALI, P. L.; TRAXLER, G. Changing locus of agricultural research: will the poor benefit from biotechnology and privatization trends? *Food Policy*, n. 27, p.223-238, 2002.

ZYLBERSZTAJN, D. Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. *Tese de Livre Docência*, USP/FEA, 1995.

CS4116 INSTITUIÇÕES POLÍTICAS, REGULAÇÃO E GOVERNANÇA NA ÁREA ENERGÉTICA (4-0-4)

Objetivo: a disciplina tem como objetivo fazer com que os alunos compreendam o funcionamento e as atribuições das várias instituições que definem as políticas, a regulação e os parâmetros operacionais da área energética no Brasil, identificando nesse processo as similaridades e peculiaridades em relação às instituições de outros países.

Programa: Instituições na área energética brasileira em perspectiva histórica; O papel do Legislativo; Instituições do Executivo; Regulação e agências; Atores, interesses e grupos envolvidos; Governança e o desenvolvimento do setor; Questões constitucionais e federativas na área energética; Desafios e dilemas atuais do setor energético brasileiro e mundial

Bibliografia básica

BANCO MUNDIAL. (2004). Projeto Public-Private Infrastructure Advisory Facility – Fortalecimento da Estrutura Institucional e Regulatória do Setor Energético Brasileiro. NUNES, E. et al. (2007). Agências reguladoras e Reforma do Estado no Brasil: inovação e continuidade no sistema político-institucional. Rio de Janeiro: Garamond, OCDE. (2007). Relatório sobre a Reforma Regulatória – Brasil: Fortalecendo a governança para o crescimento. Disponível em; www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/casa_civil/publicacoes/ocde_portugues.pdf SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; et all BARBOSA, Eduardo Kaplan; SILVA; José Francisco Sanches da; ABREU; Ronaldo da Silva de. (2008). Por Que as Tarifas Foram para os Céus? Propostas para o Setor Elétrico Brasileiro. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 14, N. 29, P. 435-474, Jun.

Bibliografia complementar

LOWI, Theodore J. (1972). Four Systems of Policy, Politics and Choice. Public Administration Review, 32(4), jul-aug, pp 298-310
MAJONE, Giandomenico. (1999). Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e conseqüências de mudanças no modo de governança. Revista do Serviço Público, v. 50, n. 1, p. 5-36, 1999.
MUELLER, Bernardo; PEREIRA, Carlos. (2002). Credibility and the Design of Regulatory Agencies in Brazil. Brazilian Journal of Political Economy, 22 (3), July-September, pp 65-88.
OLIVIERI, Cecília. (2006). Agências Reguladoras e Federalismo: a gestão Descentralizada da Regulação no Setor de Energia. RAP – Revista de Administração Pública, 40 (4), pp 567-614, Jul/Ago. Rio de Janeiro
PÓ, Marcos V; ABRUCIO, Fernando L. (2006). Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. RAP – Revista de Administração Pública, 40 (4), pp 679-698, Jul/Ago. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n4/31601.pdf>

Sítios:

Ministério de Minas e Energia – www.mme.gov.br
Agência Nacional de Energia Elétrica – www.aneel.gov.br
Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – www.anp.gov.br
Petrobrás – www.petrobras.com.br



Eletrobrás – www.eletronbras.gov.br

Empresa de Pesquisa Energética – www.epe.gov.br

CS4117 INTRODUÇÃO À PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA (4-0-4)

Objetivo: Os estudos prospectivos desafiam os pressupostos sobre como as políticas públicas e os negócios são organizados, encorajando o olhar além das fontes regulares de informação e desenvolvendo novas formas de integrar o conhecimento. Ao utilizar uma abordagem multidisciplinar, este programa encoraja os estudantes a desenvolver as habilidades intelectuais necessárias para criar uma estrutura que permita pensar e antecipar o futuro.

Programa: Parte 1: Fundamentação teórica i) Princípios básicos e conceitos. Parte 2: O papel da prospecção para o pensamento estratégico e a formulação de políticas i) A prospecção na formulação da política de ciência, tecnologia e inovação de longo prazo. Parte 3: O processo de prospecção tecnológica. i) Objetivos; ii) Patrocinadores; iii) Escolhendo os métodos iv) Implementação; v) Resultados; vi) Avaliação.

Bibliografia básica

AMSTRONG, J.S (ed.) Principles of forecasting: a handbook for researchers and practitioners. Norwell, MA: Kluwer Academic Publishers, 2001.

GEORGHIOU, L. CASSINGENA, J. H, KEENAN, M. MILES, I. POPPER, R..The handbook of technology foresight: concepts and practice. Edward Elgar Publishing. 2009.

MILES, I.; KEENAN, M.; KAIVO-OJA, J. Handbook of knowledge society foresight. Manchester: Prest, 2002.

Bibliografia complementar

AMARA, R.; SALANIK, G. Forecasting: from conjectural art toward science. Technological Forecasting and Social Change, New York, v.3 n.3 1972.

COATES, J.F. Foresight in federal government policymaking. Futures Research Quartely, 1985

GAVIGAN, J. P.; SCAPOLO, F. Matching methods to the mission: a comparison of national foresighting exercises. Foresighting. Cambridge, v. 1, n. 6, 1999.

GODET, M. From anticipation to action – a handbook of strategic prospective. France, UNESCO Publishing, 1993.

JOHNSTON, R. Experiências nacionais de estudos prospectivos: reflexões da Austrália. In: Seminário Internacional sobre Estudos Prospectivos em Ciência e Tecnologia, Brasília, Brasil. Publicado na Revista Parcerias Estratégicas, n. 10, março de 2001.

MILES, I.; Keenan, M.; Kaivo-Oja, J. Handbook of knowledge society foresight. Manchester: Prest, 2002.

NIJSSEN, E.; VAN REDDKUM, R.; HULSHOFF, H. Gathering and using information for the selection of technology partners. Technological Forecasting and Social Change, New York, v.67, 2001.

PORTER, Alan L. et al. Technology futures analysis: towards integration of the field and new methods. Technological Forecasting and Social Change, n.49, 2004.

SANTOS, D.M.; GUIMARÃES, M.C.S.; SILVA, C.H.; COELHO, G.M. Prospecção tecnológica: experiências recentes no Brasil. In: 22nd International Symposium on Forecasting, 2002, Dublin.

ZACKIEWICZ, M.; SALLES-FILHO, Sergio. Technological foresight: um instrumento para a política científica e tecnológica. Parcerias Estratégicas, Brasília, n.10, mar.2001.

CS4118 MEMÓRIA, IDENTIDADES SOCIAIS E CIDADANIA NAS SOCIEDADES COMPLEXAS CONTEMPORÂNEAS (4-0-4)

Objetivo: Discutir de maneira interdisciplinar os conceitos de *Memória, Identidades Sociais e Cidadania* a partir do cotejamento de diversos estudos na área de Políticas Públicas e das Ciências Humanas em geral, problematizando tal debate no contexto que se estabelece com a configuração da chamada modernidade nas sociedades complexas contemporâneas. Refletir sobre as formas de oralidades na atualidade, valorizando a questão da passagem do oral para o escrito e a rediscussão do oral na atual cultura mediática.

Programa: Introdução à temática de *Memória, Identidades sociais e cidadania*. Os lugares da memória nas sociedades complexas contemporâneas. O global e o local na cultura: Memória, identidades e cidadania no contexto dos movimentos sociais e culturais brasileiros. Transformações culturais na passagem da cultura oral para a escrita. Identidades em choque e conflitos sociais no Estado democrático de Direito. Do oral para o escrito: entrevistas nas Políticas públicas. Diálogos entre a oralidade e a cultura mediática na sociedade contemporânea.

Bibliografia básica

- BAUMAN, Zygmunt, *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

Bibliografia Complementar

- BAUMAN, Zygmunt, *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
BOM MEIHY, José Carlos Sebe. (Re)introduzindo a história Oral no Brasil. São Paulo, Xamã/FFLCH, 1996.
DAHRENDORF, Ralf, *O conflito social moderno. Um ensaio sobre a política da liberdade*. Jorge Zahar Editor/ EDUSP, Rio de Janeiro, São Paulo, 1987.
MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente. Movimentos Sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.
PORTELLI, A., *Elogio de La Grabadora: Giani Bosio y las Orígenes de La historia oral*. Histórias, 30, México:DF, 1993
SHARPE, Jim. *A História vista de Baixo*. In: BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.
SOUZA, V./ ROSA, R., *Políticas Públicas e a construção da identidade nas relações de trabalho*. Porto Alegre: Civitas, n.1, v. 5, jan-jun 2005.
THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: RJ, Vozes, 1998.
THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CS4119 MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (2-2-4)

Objetivo: A disciplina tem por objetivo avaliar e desenvolver métodos e técnicas aplicadas às políticas públicas no desenvolvimento do planejamento e da gestão ambiental.

Programa: Fundamentos, métodos e técnicas de planejamento e gestão ambiental. Análise de base de dados e cartografia. Escalas, recortes e instrumentos de planejamento e gestão ambiental. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de planejamento e gestão ambiental. Desenvolvimento e avaliação de planos, programas e projetos ambientais. Obtenção e gestão de recursos de fundos ambientais.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 brasileira: bases para a discussão*. Brasília: MMA/PNUD 2000.

BROSE, M. (org) *Metodología Participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

FERRARO JÚNIOR, L. A. (org.) *Encontros e caminhos: Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: meio ambiente 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Bibliografia complementar

BRITO, A. B.; CÂMARA, J. B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASH, D., W., et al.. Scale and cross-scale dynamics: governance and informations in a multi-level word. In: *Millennium Ecosystem Assessment*, March, 2004, Alexandria, 15 p.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (orgs). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001.

DOUROJEANNI, A. *Procedimentos de gestion para el desarrollo sustentable: aplicado a microrregiones y cuencas*. Santiago: CEPAL, 1993.

FOLKE, C., PRITCHARD, L., BERKES, F., COLDING, J., SVEDIN, U.. The problem of fit between ecosystems and institutions: ten years later. *Ecology and Society*., 2007 12(1): 30. [disponível] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol12/iss1/art30/>

IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LEBEL, L., et al. 2006. Governance and the capacity to manage resilience in regional social-ecological systems. *Ecology and Society* 11(1): 19. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art19/>

MERICO, L. F. K. *Introdução à economia ecológica*. Blumenau: Edifurb, 2002.

PHILIPPI JR., A., ROMÉRO, M. A., BRUNA, G. C. (eds). *Curso de gestão ambiental*. Barueri-SP: Manole, 2004.

RIBEIRO, W. C. (Org). *Governança da água no Brasil*. Uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009.

SANTOS, R. F. dos. *Planejamento Ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

WENDLAND, E.; SCHALCH, V. (orgs). *Pesquisas em meio ambiente: subsídios para a gestão de políticas públicas*. São Carlos: Rima, 2003.

CS4120 MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS (2-2-4)

Objetivo: A disciplina tem por objetivo avaliar e desenvolver métodos e técnicas aplicadas às políticas públicas no desenvolvimento do planejamento e da gestão urbana.

Programa: Fundamentos, métodos e técnicas de planejamento e gestão urbana. Análise de base de dados e cartografia. Escalas, recortes e instrumentos de planejamento e gestão urbana. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de planejamento e gestão urbana. Desenvolvimento e avaliação de planos e programas.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Diretor Participativo*. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, DF, 2004.

SEPE, P. M., GOMES, S. (coord.) *Indicadores ambientais e gestão urbana: desafio para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente: Centro de Estudos da Metrópole, 2008.

SOUZA, M. L.. *ABC do desenvolvimento urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008

SOUZA, M. L.. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003

Bibliografia Complementar

ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Gestão Integrada da Mobilidade Urbana*. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Planejamento territorial urbano e política fundiária*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 3).

BRASIL. Ministério das Cidades. *Política nacional de desenvolvimento urbano*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 1).

BRASIL. Ministério das Cidades. *Política nacional de habitação*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 4).

BRASIL. Ministério das Cidades. *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Saneamento ambiental*. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 5).

COSTA, Lúcia Maria Sá (org.). *Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006.

IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

RUANO, Miguel. *Ecourbanismo*. Entornos humanos sostenibles: 60 proyectos. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

CS4121 MOVIMENTOS SINDICAIS, SOCIAIS E CULTURAIS (4-0-4)

Objetivo: Estudar concepções do que são movimentos sindicais, sociais e culturais na contemporaneidade, para compreender processos de construção dessas interpretações em várias áreas de conhecimento. Conhecer os sujeitos e grupos que participam dessas organizações sociais, suas concepções de cidadania, democracia e políticas públicas.

Programa: Concepções de movimentos sindicais; concepções de movimentos sociais; concepções de movimentos culturais; transformações do capitalismo contemporâneo e as definições de movimentos sociais tradicionais e de novos movimentos sociais a partir da década de 1960; diferenças entre noções de movimentos sindicais, sociais e culturais e outras organizações, tais como organizações não-governamentais (ONGs), entre outras; diferentes concepções de organização social de grupos no contexto neoliberal: críticas às noções de sociedade civil organizada e terceiro setor; movimentos e lutas por direitos civis, direitos humanos, “direitos a ter direitos”; movimentos, cidadania formal e cidadania ampliada; movimentos rurais e urbanos; movimentos ambientalistas; movimentos feministas, pós-feministas, LGBTQs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros); movimentos étnicos; movimentos negros e indígenas e as políticas afirmativas e de cotas e de revisão da história e da memória nacionais; movimentos sindicais e políticas públicas do mundo do trabalho; movimentos sociais e políticas públicas de reforma agrária, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, saúde, educação, gênero, etnia, geração; movimentos culturais e políticas públicas de diversidade cultural, de juventude, de política cultural; movimentos anti-globalização; movimentos sindicais no ABC paulista: o chamado novo sindicalismo e o processo de redemocratização da sociedade brasileira; movimentos sociais e religiosidades: atuação das Comunidades Eclesiais de Base na década de 1970 e 1980 na região do ABC e nas periferias de São Paulo; políticas públicas e movimentos sociais, sindicais e culturais na região do ABC paulista.

Bibliografia Básica

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BOITO JR., Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

GOHN, Maria da Glória. (org.) Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar

NOGUEIRA, A. A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro. Ed. da PUC, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CS4122 PERSPECTIVA DE ANÁLISE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (4-0-4)

Objetivo: Esta disciplina visa oferecer ao aluno uma compreensão das principais perspectivas de análise do Estado, instrumento teórico indispensável para o estudo das políticas públicas. São objetos do curso o marxismo, o pluralismo, a teoria das elites, o neoinstitucionalismo e a teoria da escolha racional.

Programa: Introdução ao estudo do Estado, Governo e Políticas públicas. Marxismo. Pluralismo. Teoria das Elites. Neoinstitucionalismo. Teoria da Escolha Racional.

Bibliografia básica

- DAHL, R. Who governs? Democracy and power in an American city. New Haven: Yale University Press, 1961, capítulo 19: “Sobre a espécie Homo Politicus”.
- MARQUES, E. “Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos” In: BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº. 43, 1997.
- MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MELO, M. A. “Estado, Governo e Políticas Públicas”. In: MICELI, S. (Org.). O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Ciência Política, Vol.III. São Paulo, Ed. Sumaré, Brasília, ANPOCS & CAPES, 2000.
- MILLS, C. A elite do poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, capítulos 1 e 12.
- OLSON, M. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Edusp, 1999.
- STEINMO, S.; THELEN, K. e LONGSTRENTH, F. Structuring Politics: historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, Cap. 1. 1992.

Bibliografia Complementar

- DAHL, R. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Cap. 1 e 5. 1989.
- DINIZ, E. e BOSCHI, R. Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais,1. O que se deve ler em ciências sociais no Brasil. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1986.
- EVANS, P. “O Estado como Problema e Solução” – Revista Lua Nova Nº 28/29, 1993.
- LOWI, T. O Estado e a ciência política ou como nos convertemos naquilo que estudamos. BIB– Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais,38. São Paulo: ANPOCS, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 3-14.
- POULANTZAS, N. & MILIBAND, R. Debate sobre o estado capitalista. Porto: Afrontamento, 1975.
- PRZEWOSKI, A. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- SKOCPOL, T. "Bringing the state back in: strategies of analysis in current research". In: Evans, P.; Ruessmeyer, D. e Skocpol, T. (org.). Bringing the state back in. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

CS4123 TECNOLOGIAS SOCIAIS (4-0-4)

Objetivo: Apresentar o debate sobre a noção de tecnologia social, com ênfase na crítica às concepções tradicionais de tecnologia e ciência e às apropriações e naturalizações de seus usos por determinados grupos na sociedade. Conhecer os processos de desenvolvimento de tecnologias sociais, seus objetivos, metodologias e resultados.

Programa: Concepções de desenvolvimento, ciência e tecnologia na contemporaneidade; concepções de tecnologia social; tecnologias sociais e novas tecnologias de informação e comunicação; tecnologias sociais, arte e cultura; tecnologias sociais e movimentos sociais e culturais; tecnologias sociais e economia solidária; políticas públicas e tecnologias sociais; redes e bancos de tecnologias sociais; usos de tecnologias sociais: tecnologias agroecológicas e de consumo consciente, software livre e inclusão digital, microcrédito e bancos populares, clubes de trocas, redes de formação, produção e comercialização, bancos de histórias e de experiências de grupos sociais; tecnologias sociais e práticas interdisciplinares; tecnologias sociais e inovação; pesquisa e extensão universitárias e tecnologias sociais; incubadoras tecnológicas e de empreendimentos solidários e tecnologias sociais; criação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de tecnologias sociais.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CARRION, Rosinha Machado; VALENTIM, Igor Vinicius Lima; HELLWIG, Beatriz Centenaro. (orgs.) Residência solidária UFRGS: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. 16ª. Ed., Campinas: Papyrus, 2005.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TECNOLOGIA social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Rede de Tecnologia Social/Publicações. Disponível em:

http://www.rts.org.br/publicacoes/arquivos/tecnologia_social_uma_estrategia_de_desenvolvimento.pdf Acesso em: 08/10/2009.

Bibliografia complementar

ACSELRAD, Henri. “Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição”. Horizontes Antropológicos. vol.12 no. 25 Porto Alegre Jan./June 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832006000100007&script=sci_arttext&tlng=en Acesso em: 08/10/2009.

BAUMGARTEN, Maíra. Tecnologias sociais e inovação social. Disponível em: <http://www.gpcts.furg.br/DOC%20PDF/TecnologiasSociaisInovacaoSocialrev06.pdf> Acesso em: 08/10/2009.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet. Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/site/publicacoes/138/Sobre%20o%20marco%20anal%20EDtico-conceitual%20da%20TC.pdf> Acesso em: 08/10/2009.

_____. A tecnologia social e seus desafios. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/site/publicacoes/138/A%20tecnologia%20social%20e%20seus%20desafios.pdf> Acesso em: 08/09/2009.

DOMINGUES, Diana (org.) DOMINGUES, Diana (org.). A arte no século XXI. A humanização das tecnologias. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

_____. Arte e vida no século XXI: tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

DOWBOR, Ladislau. Redes de apoio ao empreendedorismo e tecnologias sociais. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct. 2005. Disponível em: <http://www.ijj.derecho.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20X/documentos/dowbor.pdf> Acesso em: 08/10/2009.

LÉVY, Pierre. Ciberdemocracia. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

MORIN, Edgar; TERENA, Marcos. Saberes globais e saberes locais. O olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA FILHO, Agostinho Ferreira da. “Economia ecológica e tecnologia social: um exemplo”. Rede de Tecnologia Social/Artigos. Disponível em: http://www.rts.org.br/noticias/destaque-1/arquivos/economia_ecologia_e_tecnologia_social_-_um_exemplo.pdf Acesso em: 08/10/2009.

SINGER, Paul. “Economia solidária: entrevista com Paul Singer”. Estudos Avançados. vol.22 no. 62 São Paulo Jan./Apr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci_arttext&tlng=en Acesso em: 08/10/2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2003.

CS4124 TERRORISMO, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA (4-0-4)

Objetivo: Parte I - (a) segurança como bem coletivo; (b) busca de explicações do crescimento de insegurança; (c) identificação de políticas públicas na área da segurança. Parte II - (d) Análise e diferenciação entre terrorismo e outras tipologias de violência e crime; (e) Estudo de atores ligados ao terrorismo; (f) Avaliação das causas do terrorismo, incluindo religião, política, recursos naturais; (g) Entendimento do *modus operandi* de organizações terroristas; (h) Compreensão do mundo ante- e pós- 11/09; (i) Políticas públicas e maneiras de prevenção e redução de riscos.

Programa: Definição e tipologia. Tipos de violência. Metodologia. Teorias de agressão e terrorismo. Religiões, ideologias e política. Forças de segurança. Tratamento de grupos radicais e lideranças apoiadoras do terrorismo. Prevenção de curta e longa duração. Equilíbrio de valores como segurança e liberdade nas democracias. Desigualdade e pobreza. Migrações. Juventude.

Bibliografia básica

BARBOSA, A.J.P. Segurança pública no Brasil: Temas em debate no Congresso nacional e na sociedade. IN: SLAKMON, C; MACHADO, M; BOTTINI, P (orgs.). Novas direções na governança da justiça e da segurança pública. Brasília: Ministério da Justiça, 2006;

BARREIRA, C. Questão da segurança: Políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004;

CRUZ, M.V.G; BATITUCCI, E.C.(orgs). Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007;

FORST, Brian. Terrorism, crime and public policy. New York: Cambridge University Press, 2008;

HOBBSBAWN, Eric. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 2008.

SOARES, G.A.D. Não matarás: Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Editora FGV, 2008;

STROBE, Talbott; CHANDA, Nayan (orgs.) A Era do Terror. O Mundo Depois de 11 de Setembro. Rio de Janeiro: Campus, 2002;

Bibliografia complementar

CERQUEIRA, D; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade : Arcabouços teóricos e resultados empíricos. Dados – Revista de ciências sociais, 47(2), 2004;

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: Um problema global de saúde pública. Ciência & saúde coletiva. Volume 11. Rio de Janeiro, 2006;

FERGUSON, Charles D.; POTTER, William C. The four faces of nuclear terrorism. California, EUA: CNS, 2004;

KALDOR, Mary. New and Old Wars, organized violence in a global era. Stanford University Press, 1999;

PINHEIRO, P.S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. Tempo social, 9(1), 1997;

PROCÓPIO, Argemiro. Terrorismo e relações internacionais. Revista Brasileira de política internacional, 44(2), Brasília: UnB Julho-Dezembro 2001;

SOARES, L.E. Segurança pública: Presente e futuro. Estudos avançados, 20(56). São Paulo, 2006.

CS4125 UNIVERSO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL (4-0-4)

Objetivo: Apresentar e analisar as principais dimensões institucionais do sistema político brasileiro, tendo em vista a formação de uma visão global do processo decisório sobre políticas públicas e seus impactos sobre o funcionamento da Democracia no Brasil.

Programa: Modelos de democracia em perspectiva comparada; relações entre executivo e legislativo; representação política, partidos e eleições; federalismo; papel político das instituições de justiça e reforma política.

Bibliografia básica

ABRUCIO, Fernando L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec. 1998.

AMES, Barry. Os entraves da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2003.

AMORIM NETO, Octavio & TAFNER, Paulo. “Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias”. Dados, vol.45, nº 1, Rio de Janeiro, 2002

AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). Sistema político brasileiro: Uma introdução. São Paulo, Unesp. 2ª Ed. 2007.

LAMOUNIER, Bolívar. 1992. “Estrutura institucional e governabilidade na década de 90”. In Reis Velloso, João Paulo dos (org.). O Brasil e as reformas políticas. Rio de Janeiro: José Olympio

COUTO, C. G e ARANTES, R. (2006). Constituição, governo e democracia no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, n. 61.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999) Executivo e Legislativo na nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: Ed.FGV

Bibliografia complementar

AMORIM NETO, Octavio. Presidencialismo e governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: FGV; Konrad-Adenauer Stiftung, 2006

CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina and LIMONGI, Fernando. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na câmara dos deputados, 1988-2006. Dados [online]. 2009, vol.52, n.2

FIGUEIREDO, A. C. ; LIMONGI, F. . Política orçamentária no presidencialismo de coalizão. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2006, n.76

MADISON, James (et alli). (1993). Os artigos federalistas: 1787-1788. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias. O caso do Brasil. FGV, Mercado Aberto, 2001

MARCHETTI, V. (2008). Governança Eleitoral: o modelo brasileiro de Justiça Eleitoral. Dados, 51, 4: 865-893.

MELO, Carlos Ranulfo & SÁEZ, Manuel Alcántara (orgs.). A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: UFMG, 2007

MONTESQUIEU, Barão de. (1973). O Espírito das leis. São Paulo, 1ª edição, Ed. Abril.

NICOLAU, Jairo e Schmitt, Rogério (1995). “Sistema Eleitoral e Sistema Partidário”, in: Lua Nova, no. 36, pp. 129-147.

PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo “Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil”. Dados, 2003, vol.46, no.4, p.735-771

TAYLOR, Matthew M. and DA ROS, Luciano. Os partidos dentro e fora do poder: a judicialização como resultado contingente da estratégia política. Dados [online]. 2008, vol.51, n.4, pp. 825-864

DISCIPLINAS (LIVRES) SUGERIDAS DE OUTROS CURSOS DA UFABC

EN2125 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (3-0-3)
EN2113 CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO (1-3-3)
EN4121 CIDADES, GLOBALIZAÇÃO E PROJETOS URBANOS (3-0-3)
EN4001 CINEMA E CONHECIMENTO (2-0-3)
EN4015 CULTURA BRASILEIRA (2-0-4)
BC1609 CULTURA, DEMOCRACIA E CIDADANIA (2-0-3)
BC1618 DINÂMICAS TERRITORIAIS NO BRASIL (2-0-3)
EN2112 DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO (3-0-4)
EN4409 ECONOMIA DO PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL (2-0-4)
EN4122 ECONOMIA E SOCIOLOGIA URBANA (3-0-3)
EN3533 ECONOMIA INTERNACIONAL (2-0-3)
EN4105 ECONOMIA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE (4-0-4)
BC1602 EDUCAÇÃO CIENTÍFICA, SOCIEDADE E CULTURA (4-0-4)
EN2521 ELABORAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROJETOS (3-1-5)
EN3535 EMPREENDEDORISMO (2-2-2)
BC1202 ENERGIA E MEIO AMBIENTE (2-1-3)

EN2416 ENERGIA, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE (4-0-5)

EN4113 ENERGIA, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO (2-1-4)

BC1711 ENGENHARIA ECONÔMICA (2-1-3)

EN3446 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO (2-0-4)

EN3517 ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL (2-0-3)

BC1610 ÉTICA PROFISSIONAL (3-0-3)

EN4120 ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (2-0-2)

BC1002 FLORESTA AMAZÔNICA (2-4-6)

BC1617 FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2-0-3)
EN4115 GESTÃO AMBIENTAL NA INDÚSTRIA (3-0-3)
EN3516 GESTÃO DE PESSOAS (2-0-3)
EN2524 GESTÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS E AMBIENTAIS (2-0-5)
EN4112 GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (3-0-4)
EN4118 GESTÃO URBANO-AMBIENTAL (3-1-4)
EN2116 HABITAÇÃO E ASSENTAMENTOS HUMANOS (3-1-5)
EN4106 HISTÓRIA DO URBANISMO (2-0-4)
EN3601 INFORMAÇÃO E SOCIEDADE (2-0-3)
BC2001 INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA I (2-0-3)
BC2002 INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA II (2-0-3)
BC2003 INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA III (2-0-3)
EN2514 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (2-2-2)
EN2507 INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO (2-0-2)
EN4012 INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA (2-0-3)
BC1413 INTRODUÇÃO À TEORIA DOS JOGOS (3-0-3)

EN2312 LEGISLAÇÃO RELACIONADA À SAÚDE (3-0-5)
EN3531 MACROECONOMIA (2-0-3)
EN3532 MICROECONOMIA (2-0-3)
EN2124 PLANEJAMENTO URBANO E METROPOLITANO (3-1-4)
BC1624 POLÍTICAS EDUCACIONAIS (3-0-3)
BC1612 POLÍTICAS PÚBLICAS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (3-0-3)
EN2513 PROPRIEDADE INTELECTUAL (2-2-4)
EN4116 QUESTÕES AMBIENTAIS GLOBAIS (2-0-4)
EN3805 RECICLAGEM E AMBIENTE (4-0-4)
EN2126 SAÚDE AMBIENTAL (2-0-3)
EN3515 SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES (2-0-3)
EN3527 TEORIA DAS DECISÕES (2-0-3)
EN2102 TEORIA DO PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL (3-0-4)
EN2123 TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA (3-0-4)
EN2417 USO FINAL DE ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (3-1-5)